

## PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS.

Domingos A Giroletti<sup>1</sup>

### 1. Introdução.

A imigração italiana em Minas tem sido considerada modesta em termos numéricos quando os dados são confrontados com a recebida por São Paulo e pelos estados do sul do Brasil. Além de diminuta, ela tem sido caracterizada pela dispersão geográfica em seu grande território. Não teria ocorrido aqui a grande concentração de imigrantes num único segmento produtivo como o setor cafeicultor em São Paulo que era o carro-chefe da economia brasileira nem houve uma centralização demográfica numa única região como nas colônias italianas da Serra gaúcha (Petroni, 1977; Monteiro, 1974 e Anastasia, 1990).

Estabelecida essa primeira diferenciação da imigração italiana entre diferentes estados brasileiros, sua participação no desenvolvimento mineiro deverá ser avaliada como um processo diferenciado pela sua especificidade. Avaliar essa participação será o objetivo central deste capítulo. Na sua produção, serão usados dados quantitativos e qualitativos coletados na literatura publicada sobre o tema no país e no exterior e também de fontes primárias resultantes de pesquisas realizadas em arquivos privados e públicos brasileiros e no exterior. Deve-se lembrar que o estudo da contribuição dos imigrantes no desenvolvimento de outro país como um fenômeno econômico, social e histórico deverá ser considerado um processo de longa duração ( Paz, 1986:7/8). Ela não se limita à primeira geração, mas continua pelo concurso cumulativo de seus descendentes.

Além dessa introdução, o artigo será dividido em sete partes principais. Na segunda parte, descreve-se o perfil diferenciado das diversas políticas estaduais de imigração. Na terceira, a ênfase será o contexto estadual mineiro da Primeira República pela ótica econômica e social. Na quarta, descreve a participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento agrícola do Estado. Na quinta, o foco será na sua contribuição à modernização dos transportes. Na sexta, avalia-se sua participação no crescimento urbano. A sétima concentra-se no processo de industrialização. Na oitava e última parte, faz-se um breve balanço de sua contribuição ao desenvolvimento de Minas Gerais na República Velha nas várias dimensões analisadas e na gestão privada e pública.

### 2. Política de Imigração: diferentes Perfis

Antes de avaliar a contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento mineiro, devem-se descartar algumas interpretações que não auxiliam no seu desvendamento. Pela primeira, procura-se reduzir ao mínimo a contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento mineiro vis-vis ao enaltecimento da participação do “trabalhador nacional”, análise realizada por Góes Monteiro (1974:164/5) e secundada

---

<sup>1</sup> Professor Titular do MPA/FPL, Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Pós-doutor pela LSE, Visiting Professor da Universidade de Padova e Apresentador do Programa Interconexão Brasil pela BH News TV.

por Anastasia (1990). Não se trata de desconsiderar o papel do trabalhador nacional para realçar a contribuição dos imigrantes. Ambos são protagonistas relevantes, embora desempenhem papéis diferenciados. A segunda interpretação, a ser descartada, é oposta à primeira por ser ufanista, ao exagerar a participação dos imigrantes italianos, tornando secundária a contribuição dos demais segmentos: empresários, técnicos e trabalhadores nacionais e de outras nacionalidades.<sup>2</sup>

A terceira interpretação equivocada consiste em analisar a contribuição dos imigrantes italianos à modernização mineira pela métrica de São Paulo. O governo paulista empreendeu uma política agressiva de promoção da imigração durante o governo imperial e continuada depois durante a Primeira República que não se compara com a implementada em Minas. O governo paulista soube aproveitar bem os recursos provenientes da produção e da exportação de café e dos impostos dele arrecadados para diversificar a composição da sua sociedade pela atração e incorporação massiva de imigrantes. De 1890 a 1929, o Brasil recebeu 3.523.591 imigrantes. Desse total, 2.033.654 estabeleceram-se em solo paulista no período de 1889 a 1930, representando 57,7% dos imigrantes recebidos pelo Brasil (Petrone, 1977:103). Do seu total, 1.156.472 eram italianos (33%); em segundo lugar, vinham os portugueses com 1.030.666 e em terceiro, os espanhóis com 551.385.<sup>3</sup>

O governo mineiro, devido à crise de sua economia provocada pela libertação e pela queda no preço internacional do café, não teve recursos para financiar um projeto interno competitivo de imigração e a reorganização da sua produção, ao passar do trabalho escravo para o livre. Este processo demorou muito tempo para dar resultados pelo pequeno volume de imigrantes incorporados e pelas múltiplas necessidades de sua economia quando comparadas ao de São Paulo. Além disso, há outras diferenças regionais importantes. A economia paulista foi menos afetada pela abolição e a nova expansão da cafeicultura no centro-norte e no oeste paulista foi feita com base no trabalho livre, pela incorporação massiva dos imigrantes lá estabelecidos e em terrenos menos acidentados e mais férteis do que os existentes em Minas.

A quarta interpretação equivocada será tentar compreender a contribuição dos imigrantes italianos à modernização de Minas pelo confronto com a experiência gaúcha. Na verdade, são dois processos diferenciados: o Rio Grande do Sul recebeu um número maior de imigrantes italianos do que o estabelecido em Minas. Eles foram concentrados geograficamente numa mesma microrregião parcamente inabitada e lá contribuíram para fazer emergir uma nova civilização em 140 anos. A colonização italiana do Rio Grande do Sul iniciou como política pública em 1875, embora não existam registros sobre o número de imigrantes que lá se estabeleceram até 1881. Segundo cálculos do historiador, Ângelo Trento, teriam entrado de 3 a 4 mil por ano naquele período. Admitindo-se esta estimativa, seriam 21 a 28 mil imigrantes que iniciaram o processo de formação das primeiras colônias na serra gaúcha. De 1882 a 1914, chegaram, segundo os registros oficiais, 66.901 imigrantes italianos já que a política de imigração do Rio Grande do Sul foi mantida até a

---

<sup>2</sup> Para uma maior discussão complementar destas duas interpretações, consultar Campoli, 2013:181 e 185/6.

<sup>3</sup> Na sequência, registra-se a presença de imigrantes de outras nacionalidades em ordem decrescente: alemães com 112.593; russos com 108.475; japoneses com 86.577; austríacos com 79.052; sírio-libaneses com 73690. Aportaram, ainda, outros imigrantes em menor número: poloneses, tchecos, lituanos, húngaros, suíços entre outros (Petrone, 1977: 100/01).

véspera da Primeira Grande Guerra Mundial. O processo de imigração italiana foi mantido em menor escala até 1930, vindos da Itália, do Uruguai e da Argentina, elevando seu contingente para 100 mil.<sup>4</sup> Hoje, passados 140 anos da imigração italiana, ninguém duvida de sua contribuição ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul pela civilização implantada na Serra gaúcha e na colonização do noroeste do Rio Grande e sudeste de Santa Catarina e do Paraná.

Os resultados obtidos pela política de imigração mineira em termos quantitativos foram também modestos, quando comparados com São Paulo e o Rio Grande do Sul. Até hoje não há um consenso quanto ao total de imigrantes vindos ou estabelecidos em Minas. Com base em estudo mais recente (Campoli, 2013), teriam entrado no auge do processo de imigração 68.474 imigrantes italianos entre 1888 a 1901, com base nos registros existentes na Hospedaria Horta Barbosa em Juiz de Fora. Se se considerar todo o período analisado, Minas teria recebido 77.483 imigrantes italianos entre 1872 a 1930 (Campoli, 2013:34 e 42). Esse número representa 6,5% da quantidade, 1.156.472 de italianos, recebida por São Paulo até 1929 (Petroni, 1977:100). Quando se considera esse número de imigrantes, deve-se lembrar, ainda, a grande mobilidade que havia entre eles. Isto quer dizer, por um lado, que nem todos os italianos que vieram para Minas, aqui permaneceram, mas por outro, o Estado recebeu um bom contingente de imigrantes italianos vindos do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e de outras procedências. Vieram atraídos pela produção cafeeira e pela expansão da fronteira agrícola interna na região Leste em direção ao vale do Rio Doce, no Sul e no Oeste de Minas.<sup>5</sup> Outro contingente foi atraído pelas oportunidades criadas pela construção da Capital, expansão da rede ferroviária e pelas médias cidades do interior como Juiz de Fora, Barbacena e São João Del Rei entre outras (Petroni, 1977:121).

Além dessas, houve, ainda, duas modalidades de atração do imigrante. Pela primeira, a contratação direta de imigrantes no exterior feita por fazendeiros ou empresas particulares sem a mediação do governo, objetivando seu emprego na produção agrícola ou em outros projetos industriais urbanos. O ingresso por essa modalidade foi pouco expressivo. Pela segunda, registra-se a vinda de imigrantes a convite de amigos e parentes aqui já estabelecidos. Neste caso, o imigrante recebia subvenção por parte do governo e

---

<sup>4</sup> Os dados sobre a imigração oficial e da estimativa foram extraídos dos livros: Trento, 1988:82, 85 e 86 e Cenni, 1975: 128 e 131.

<sup>5</sup> Não existe uma divisão das regiões geográficas que seja consensual em Minas entre autores e/ou repartições públicas. Usam-se diferentes definições para diferentes propósitos. Neste capítulo, adota-se a divisão geográfica em sete zonas tradicionais por ser a mais utilizada durante a Primeira República, a saber: o **Centro** englobava a região metalúrgica, Belo Horizonte, Ouro Preto, São João del-Rei e Barbacena ao sul; a **Zona da Mata** correspondia ao sudeste mineiro, tendo Juiz de Fora como sua cidade e pólo industrial mais importante, estendia-se ao norte até Muriaé e Carangola; o **Leste** foi a região onde o café se expandiu durante o século XX em direção ao Vale do Rio Doce e ao nordeste mineiro até Teófilo Otoni; o **Norte** iniciava em Diamantina até a fronteira com a Bahia do noroeste ao nordeste mineiro, sendo Montes Claros sua cidade principal; o **Oeste** era formado à época pelo oeste na divisa com Goiás, alto Paranaíba e pelo centro oeste; o **Triângulo Mineiro** situa-se no extremo oeste na divisa com Goiás e ao sul com São Paulo, tendo as cidades de Uberaba e Uberlândia como seus pólos principais; o **Sul de Minas** era formado pela parte meridional do Estado que faz divisa com São Paulo e é polarizada por ele. Eram suas cidades principais: Poços de Caldas, Lavras, Pouso Alegre. Para outras informações, consultar: Wirth, 1972: 42/43.

tinha já garantida sua colocação no mercado.<sup>6</sup> Deve-se lembrar, por fim, que essas saídas ou entradas de imigrantes raramente foram computadas pelos registros oficiais. Isto torna mais difícil a determinação do número exato de imigrantes italianos efetivamente estabelecidos em Minas. A despeito da falta de consenso sobre a quantidade recebida e aqui fixada, Minas foi o terceiro estado brasileiro em número de imigrantes italianos depois de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

### 3. Contexto Estadual

Os imigrantes chegam a Minas num contexto de expansão da economia capitalista e da transição do trabalho escravo para o livre. Por ocasião da abolição, a economia mineira era, predominantemente, agrícola e baseada no trabalho escravo. Possuía o maior contingente de escravizados do país. Pelo recenseamento de 1872, Minas liderava o ranking dos três estados maiores produtores de café com 370.490 cativos; vinha em seguida o Rio de Janeiro com 292.637 e São Paulo com 167.824 (Taunay, 1945:66). Até 1888, poucos setores haviam se modernizado: a administração pública, as primeiras indústrias e linhas ferroviárias (Giroletti, 1987, 1999 e 2002); algumas empresas de mineração, como a Mina de Morro Velho, que mesclava mão de obra livre, empregada no setor administrativo, com escravos, próprios ou alugados, no setor operacional (Libby, 1984 e 1988). Havia, à época, apenas uma cidade industrial importante, Juiz de Fora, cuja industrialização estava ligada à formação de um entreposto de exportação de café e de importação na cidade, à modernização dos transportes e ao estabelecimento dos imigrantes alemães a partir de 1855 (Giroletti, 1988).

A abolição provocou uma crise generalizada na economia mineira, ao desorganizar a produção em quase todos os setores que operavam com trabalho escravo tanto no mercado interno quanto no externo. Afetou a agricultura comercial de exportação de café e os setores de mineração e de extração mineral; e, em menor escala, a pecuária e produção de alimentos devido ao menor emprego de mão de obra. Com a crise, houve uma redução geral do mercado e uma queda generalizada da renda no setor primário que atingiram o desempenho da economia como um todo, sobretudo os setores mais modernizados e as finanças públicas pela redução dos impostos.<sup>7</sup>

Uma descrição mais completa da crise após abolição foi feita por testemunha qualificada, Arthur Thiré, engenheiro francês e professor da Escola de Minas de Ouro Preto à época. Ele, certamente, conhecia o processo de reorganização da agricultura em seu país com o fim do feudalismo e as mudanças introduzidas pela revolução francesa. Sua descrição da crise não deixa dúvidas sobre sua causa: a desorganização geral da economia foi provocada pela abolição da escravatura. Em suas palavras (1894:220): “l’agriculture à Minas Gerais (et au Brésil en general) passe actuelment par une transformation, ou se l’on veut, par um crise, qui est la consequence de causes diverses. L’ une d’elles, la plus importante, est l’abolition recente de l’esclavage et la necessité d’une réorganisation

---

<sup>6</sup> Além dessas modalidades, Campoli refere-se a um processo de imigração espontânea ocorrido entre 1860 a 1887 quando teriam entrado cerca de 2 mil imigrantes e àquela mediada por empresas ou parentes (2003:35, 38, 59 e 60).

<sup>7</sup> A partir desta época, iniciou a decadência do norte de Minas e a economia do Estado entrou em recessão, demorando muito tempo para reorganizar-se: Jardim, 1896 e Wirth, 1982.

complete de la main-d'oeuvre. Les travaux de l'agriculture étaient organisés autrefois suivant méthode (ou une routine) dont la base était la main-d'oeuvre esclave; celle-ci une fois disparue, il a fallu recourir à la main-d'oeuvre fournie par les travailleurs libres. **Cette transformation est la cause principale de la crise: por mieux dire, cette transformation est elle-même la crise** (grifos nossos).

A saída da crise, segundo o engenheiro francês, não se daria de imediato nem seria um processo rápido porque supunha a reorganização de todo o sistema produtivo pela incorporação abrupta do trabalhador livre que requeria outro tratamento. Era necessária a reeducação da elite mineira que precisava aprender como operar no novo sistema e com o novo trabalhador, respeitando sua dignidade. Era um processo profundo de redefinição das antigas classes sociais por novas e de introdução de novas dinâmicas de relacionamento. Nas palavras de Arthur Thiré (1984: 219): “Les planteurs que étaient habitués à gouverner les esclaves, sont un peu déroutés et désorientés pour diriger les travailleurs libres. En outre, aux temps de l'esclavage, la classe des travailleurs libres n'existait pas (au moins pour les travaux agricoles). **Une classe de cette importance ne s'improvise pas. L'organisation du travail et de l' main-d'oeuvre est encore en voie de formation: l'équilibre entre les exigences réciproques du patron e du travailleur n'est pas encore bien établi. La formule de l'organisation du travail agricole n'est pas encore trouvée. Telle est la cause de la crise, ou, plus exactement, telle est la crise elle-même**” (grifos nossos).

A desorganização geral da economia mineira e sua reorganização foram processos que se prolongaram por décadas. A curto prazo, houve uma redução da produção e da exportação de café com seus reflexos imediatos no tamanho do mercado interno, no comércio, na indústria e na arrecadação de impostos, deixando o governo mineiro sem recursos para novos investimento, inclusive para a promoção da imigração. Por isto, suspendeu a subvenção dada à imigração em 1897. Fechou em 1900 a Hospedaria Horta Barbosa, a principal instituição, situada em Juiz de Fora, a receber imigrantes vindos do Rio de Janeiro e do exterior e a Agência Mineira de Fiscalização localizada na Capital Federal. Em 1904, desativou a Superintendência da Imigração que atuava na Europa, divulgando o Estado no exterior e procurando atrair novos imigrantes para Minas (Campoli, 2013:34 e 44)

Paralelamente ao processo de reorganização do processo produtivo, o país viveu uma crise prolongada no setor cafeeira, iniciada em 1896, devido à superprodução e à queda do seu preço no mercado internacional e assim se manteve até 1910. A saca de café exportado pelo país caiu de 3,30 libras em 1895 para 1,49 libras em 1898. Depois de uma ligeira alta em 1899, o preço da saca de café voltou a cair para 2,06 libras em 1900, mantendo-se abaixo de 2,00 até 1910. Essa crise agravou o efeito econômico da diferença na produtividade já existente entre cafezais novos e velhos, que foram abandonados pelos elevados custos e a baixa rentabilidade. A região mais atingida foi a Zona da Mata, deslocando a produção para o Sul onde os cafeeiros eram relativamente mais novos (Singer, 1974:226).

Buscando estancar a crise geral da economia e do café, o governo resolveu em 1903 organizar um grande evento, o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, para superá-la. Reuniu a elite mineira representativa dos três setores econômicos mais importantes com o objetivo de discutir a natureza da crise e de procurar alternativas

para retomar seu crescimento (O Congresso, 1981).<sup>8</sup> Nessa época, o governo e a elite mineira estavam profundamente preocupados com a “perda de substância” da sua economia devido ao peso negativo da herança colonial, à dependência excessiva do setor primário e ao caráter tributário interno de sua economia não mais em relação à metrópole, mas ao Rio de Janeiro e a São Paulo, que se apropriavam de parte dos recursos gerados pelo seu comércio de exportação e importação.

A grande ênfase era na “reconstrução econômica”, fazendo-se alusão ao estrago provocado na economia pela abolição e pela crise do café. O Congresso terá uma grande influência posterior na política mineira e brasileira. Legitimou a atuação do Estado como promotor do desenvolvimento em complemento à iniciativa privada. Suas diretrizes foram transformadas no plano de seu governo pelo Presidente João Pinheiro (1906 a 1909). Nele, sua política de imigração deu maior ênfase à colonização pela criação de colônias agrícolas com a distribuição de terras aos imigrantes, visando sua fixação no Estado. Algumas das diretrizes aprovadas no Congresso de 1903 foram encampadas pelo governo Afonso Pena quando se tornou Presidente do Brasil (1906 a 1909), ao dar maior ênfase ao desenvolvimento industrial, à reforma do sistema monetário e ao povoamento do solo (Góes Monteiro, 1974:114-120).

Não havia outra saída senão modernizar a economia e acelerar os processos de urbanização e de industrialização do Estado. Afonso Pena, futuro Presidente de Minas e do Brasil, resumia em carta de 1890 ao industrial Bernardo Mascarenhas, os “males” que afligiam o Estado e que deveriam ser superá-los (Mascarenhas, 1954:225). A primeira iniciativa era a modernização dos transportes. A segunda, “estancar a fuga de capitais: a emigração de capitais mineiros, tanto na inteligência como na riqueza”. Esses dois “males” muito “contribuem para o nosso atraso”, significando perda de “capitais” e de empreendedores que favoreciam o desenvolvimento dos estados vizinhos, especialmente de São Paulo para onde migravam grande parte dos trabalhadores mineiros e dos empresários com seus capitais. A terceira iniciativa, mencionada por Afonso Pena, era a construção de uma nova Capital e a promoção da urbanização do Estado para atrair e aglutinar os elementos promotores do progresso: “Desde que não temos ainda cidades importantes, que pelo natural desenvolvimento e comércio, indústria e artes, sirvam de centro de reunião dos mineiros, força é apelar para a fundação de uma Capital, com atrativos necessários, a fim de que aqueles elementos de prosperidade recebam o impulso que sempre trazem os elementos que se reúnem numa Capital”. Como quarta e última iniciativa, referia-se ao uso de recursos públicos (“oficiais”) como parte da estratégia para se promover a modernização geral do Estado. Esta estratégia se impunha porque somos diferentes dos países anglo-saxônicos onde imperam a livre iniciativa e o “individualismo” (Mascarenhas, 1954:225). Em Minas, a promoção do desenvolvimento deveria ser feita pela mediação do Estado.

---

<sup>8</sup> O Congresso de 1903, presidido por João Pinheiro que, na sequência, seria eleito Presidente do Estado, buscou a identificar os meios para promover o desenvolvimento do Estado, contemplando os setores mais importantes de sua economia. Foram 12 comissões: quatro para analisar o setor primário: agricultura, pecuária, café, viticultura e vinicultura; quatro dedicadas ao setor de serviços: comércio, banco, viação férrea e tarifas e estradas de rodagem; quatro voltadas ao setor secundário: indústria, tecelagem, curtumes, mineração e águas minerais. Não se fez menção ao setor siderúrgico nem ao metalúrgico que iria liderar o desenvolvimento mineiro a partir de 1930.

A rápida descrição das fragilidades econômicas e políticas de Minas e das necessidades primordiais para a retomada do seu desenvolvimento permite compreender o contexto histórico da época quando a parte principal da política de imigração foi promovida. Além disso, possibilitam que se entendam quais eram os desafios que os imigrantes deveriam corresponder. A imigração era parte essencial da estratégia de superação do atraso, cabendo-lhes o desafio de recolocar o desenvolvimento mineiro em outro patamar. Os desafios da retomada da modernização de Minas em função do “atraso” supunham diversas frentes que deveriam ser atacadas em conjunto. Se as necessidades eram muitas e pequeno o número de imigrantes estabelecidos, era preciso, pela lógica da racionalidade econômica, empregá-los da melhor forma possível e nos setores onde o retorno fosse mais garantido. Por isto, foram canalizados para potencializar os setores mais dinâmicos e modernos e os empreendimentos mais estratégicos para acelerar o desenvolvimento capitalista mineiro. Ao perseguir esta senda, pode-se detectar melhor sua contribuição à modernização de Minas Gerais pela sua singularidade e especificidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, a primeira prioridade foi empregá-los no fortalecimento da lavoura cafeeira, base da sua economia e o principal interesse dos setores dominantes. O setor estava debilitado pela falta de mão de obra, agravada pela libertação. Havia ainda um segundo objetivo a ser atingido no campo que era promover a colonização das áreas ainda não ocupadas, visando incrementar o desenvolvimento interno e promover a integração econômica entre suas regiões e a produção interna de alimentos. A segunda grande contribuição dos imigrantes italianos foi na modernização dos transportes. A terceira, foi incrementar a urbanização na Capital e no interior. Por fim, a quarta, foi turbinar e diversificar o processo de industrialização do estado. Da análise do crescimento desses setores, emergirá, com maior clareza, a contribuição principal dos imigrantes italianos ao desenvolvimento mineiro durante a República Velha.

#### 4. Expansão da Agricultura Comercial de Exportação e de Alimentos

A expansão da cafeicultura ao longo do século XIX permitiu a reorganização da economia mineira, debilitada com o fim do ciclo do ouro e dos diamantes. O café tornou-se seu principal produto de exportação e a principal fonte de riqueza e de tributos a partir de 1850. Aqui, como em São Paulo, a política de imigração foi pensada com um duplo propósito: prover trabalhadores para as fazendas de café e promover a colonização de áreas pouco povoadas ou não exploradas. No setor agrícola, a contribuição dos imigrantes italianos no desenvolvimento da agricultura comercial vai se dar de quatro maneiras principais: como assalariados e meeiros nas fazendas de café, como produtores autônomos de café, na produção de alimentos para o mercado interno e no desenvolvimento agrícola do Estado.

A produção de café reestruturou ao longo do século XIX e XX a economia e as finanças públicas mineiras que vinham em declínio desde o fim do ciclo do ouro. Em 1818/19, às vésperas da Independência, o café representava apenas 3% das exportações mineiras. Na década de 1850, era o principal produto da exportação e o imposto proveniente de café representava 49% do total exportado. No quinquênio 1885/89, esse percentual de imposto subiu para 80%, devido ao aumento da produção e da exportação de

café e do seu preço no mercado internacional. De 1889 a 1930, o café contribuiu com quantia igual ou superior a 65% dos impostos sobre produtos exportados.<sup>9</sup>

Até a Abolição, a produção de café concentrava-se na Zona da Mata e repousava no trabalho escravo. A cultura veio pelo vale do Paraíba e penetrou em Minas pela principal via de acesso, o Caminho Novo. Foi a primeira região de Minas a produzi-lo e a maior produtora até 1930. No início da República, a idade média dos cafezais na Mata era bastante avançada, a terra estava esgotada depois de tantos anos de exploração predatória e havia poucos terrenos de mata virgem para expandir sua produção. Minas tornou-se o segundo maior produtor do país na última década do Império e assim se manteve até 1930. A produção de café na região Sul havia iniciado no último quartel do século XIX por influência de São Paulo e irá se desenvolver no período republicano com base na mão de obra livre.<sup>10</sup>

Com a abolição, inicia o processo de engajamento dos imigrantes italianos no desenvolvimento da cafeicultura. Dos 77.483 imigrantes italianos estabelecidos em Minas até 1930, segundo estimativa feita por F. Campoli, cerca de 80% deles foram trabalhar nas fazendas de café da Zona da Mata e um terço desse total teria se estabelecido no Sul de Minas. Um número bem menor foi encaminhado para os núcleos coloniais e urbanos, concentrados nessas duas regiões principais (2013: 69,75 e 89).<sup>11</sup> Muitos teriam iniciado trabalhando na colheita, ensacamento e transporte do café e, gradativamente, passaram à sua produção. Em Minas, predominavam a meação e o salário, como contratos de trabalho. Por ele, o trabalhador ficava com metade do valor da produção, descontadas todas as despesas com beneficiamento, transporte, comissão de vendas e impostos. O salário era, geralmente, pago ao trabalhador pela execução das tarefas relacionadas à formação do cafezal: derrubada da mata, queima, covagem e plantação (Lima, 1981:26). Pelo que parece, a meação não era conveniente ao imigrante porque o rendimento monetário era baixo e ele só o recebia após a venda da colheita e descontadas todas as despesas. Este sistema limitava sua mobilidade econômica e social. Em vista disto, muitos imigrantes preferiram migrar para São Paulo atraídos pelas vantagens oferecidas pelos dois sistemas de contratação lá adotados: a “locação de serviços” e o “colonato” por que lhes asseguravam maior autonomia financeira e mobilidade (Campoli, 2013:49 e 65).

Lá, o imigrante recebia pagamento pelos dias trabalhados na preparação do novo cafezal, pela produção e venda de gêneros alimentícios por ele produzidos, pelo cultivo e pela colheita do café. Isto explica em parte a menor fixação do imigrante em Minas. Além da modalidade de contrato adotada, a migração para fora do Estado pode ser explicada pelos maus tratos, o não cumprimento de contratos e outras formas de violências perpetradas pelos fazendeiros contra os imigrantes considerados como “escravos brancos”. Isto era fruto da mentalidade escravocrata que ainda perdurava. Daí a grande rotatividade dos imigrantes entre fazendas ou sua migração para centros urbanos ou para fora do

---

<sup>9</sup> Para esses e outros dados, consultar: Taunay, 1945:61; Alvim, A., 1929:80/3; Giroletti, 1988:36-7.40 e 42 e Wirth, 1982:81-90.

<sup>10</sup> Para outras informações, consultar: Lima, 1981 e Jacob, 1911.

<sup>11</sup> A constatação da maior participação dos imigrantes italianos em Minas como trabalhadores nas fazendas de café como assalariados e meeiros é compartilhada por quase todos os autores que tratam do tema: Trento, 1989; Góes Monteiro, 1974; Taunay, 1945; Alvim, 1929; Wirth, 1982. Para uma maior descrição do trabalho agrícola realizado nas fazendas cafezeiras mineiras, consultar: Campoli (2013) e Ciscotto Filho (2015).



Estado à procura de melhores condições de trabalho.<sup>12</sup> Mesmo assim, a contribuição do imigrante italiano e seus descendentes foi importante ao desenvolvimento da cafeicultura como assalariados e meeiros numa época caracterizada pela reorganização das relações de produção em bases capitalistas no campo e nas cidades. Segundo Campoli, cerca de 30 mil imigrantes italianos permaneciam trabalhando como assalariados e meeiros nas fazendas de café em 1920 (2013:109).

Paralelamente, muitos imigrantes italianos tornam-se produtores autônomos de café em pequenas e médias propriedades, adquiridas por eles com recursos acumulados na agricultura, na prestação de serviços como assalariados ou mediante a compra de um módulo de terra quando de sua participação na fundação de núcleos coloniais organizados pelo governo ou por particulares nas Zonas da Mata e do Sul (Campoli, 2013:118). Além das modalidades de acesso, registra-se a vinda de imigrantes de São Paulo ao Sul de Minas para adquirir com recursos próprios novas glebas de terras que se tornaram disponíveis pela extensão da rede ferroviária e por um valor bem menor daquele lá praticado (Wirth, 1982:46). Outros vieram como assalariados atraídos pelas oportunidades de trabalho que a abertura das ferrovias proporcionava. O Sul de Minas, por ser outra área cafeeira em expansão, exerceu uma atração maior sobre o imigrante porque a plantação de cafezais novos era a atividade agrícola que melhor remunerava o trabalhador, além de possibilitar a produção de produtos alimentícios entre as fileiras dos cafeeiros novos por vários anos, garantido-lhes melhores rendimentos e maiores oportunidades de mobilidade social com as quais tanto haviam sonhado: tornar-se dono de sua terra como resultado do seu trabalho. A outra opção era estabelecer-se na cidade como empreendedor ou assalariado.

A outra área de expansão que teve uma participação ativa de imigrantes italianos e seus descendentes foi o Leste de Minas. A rigor, a fronteira agrícola mineira permaneceu aberta até a década de 1960 quando se deu a ocupação dessa região. Muitos imigrantes italianos e/ou seus descendentes vieram do Espírito Santo à medida que a produção cafeeira se deslocava da Zona da Mata para o Leste em direção ao Vale do Rio Doce, Governador Valadares e Teófilo Otoni. Foi nessa época, que se deu a última devastação massiva do que resta hoje da Mata Atlântica em Minas para dar lugar à cultura do café. Várias famílias de imigrantes italianos, que se fixaram nessa região, prosperaram mediante a extração de madeira e a organização de pequenas e médias fazendas de café, administradas e operadas pelos próprios familiares. Muitos deles migraram, posteriormente, para as cidades da região organizando seus próprios negócios ou trabalhando como assalariados.

A terceira contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento agrícola do Estado foi como produtores autônomos de alimentos. Minas passou ao longo de sua

---

<sup>12</sup> Para uma descrição dos maus tratos e violências perpetrados contra os imigrantes italianos, recomenda-se a leitura do documento elaborado por Rodolfo Rossi – *Condizioni dei Coloni Italiani nello Stato de San Paulo – Brasile*, escrito de 2 de janeiro a 23 de abril de 1902. Rossi foi enviado ao Brasil pelo Ministério Exterior Italiano com a missão de verificar as condições de vida e o tratamento recebido pelos seus patrícios. Além do Brasil, Rossi foi enviado à África do Sul, aos Estados Unidos e à Argentina para inspecionar o tratamento dado aos imigrantes. Todos esses relatórios foram publicados em livro com uma excelente introdução pelo Professor Romanato (2010). Em decorrência desta inspeção, o Ministro do Exterior italiano Prinetti publicou o decreto de 26 de março de 1902, proibindo a imigração italiana ao Brasil (Romanato, 2010:36). A semi-escravidão, verificada por Rossi em São Paulo, aplicava-se aos imigrantes italianos residentes em Minas pelas descrições dos maus tratos registrados pela literatura especializada.

história por vários períodos de insuficiência alimentar e de fome. O primeiro ocorreu no início da mineração devido ao aumento rápido de sua população atraída pela descoberta do ouro quando, ainda, não tinha sido implantado um sistema de produção agrícola local e o abastecimento interno dependia da importação de alimentos do Rio de Janeiro e de outras capitâneas. A fome fez muitas vítimas. Essa triste lição foi bem incorporada, originando posteriormente uma preocupação constante com iniciativas que garantissem auto-suficiência alimentar de seus habitantes. Na verdade, a expansão da mineração possibilitou o desenvolvimento da pecuária e da agricultura de alimentos para consumo dos centros mineradores e de sua população (Singer, 1974:204).

Com a chegada de Dom João VI e da família imperial em 1808, Minas passou a abastecer a Corte com gêneros alimentícios, proteína animal e muare para o transporte de café cultivado no interior fluminense. Na segunda metade do século XIX, com a grande expansão da lavoura cafeeira e com a especialização produtiva decorrente da valorização do café no mercado internacional ocorrem crises frequentes de desabastecimento, carestia e aumento exorbitantes dos preços de alimentos. Esse problema foi agravado após a abolição pela desorganização da produção de alimentos nas regiões cafeeiras, provocando grande elevação do preço e do custo de vida e a importação de gêneros de primeira necessidade do Rio Grande do Sul e da Argentina.<sup>13</sup>

A produção de alimentos foi também um tema presente na definição da política de imigração e de colonização do governo imperial, provincial e republicano. A primeira experiência de criação de um núcleo colonial produtor de alimentos ocorreu em Juiz de Fora em 1856 com o estabelecimento dos primeiros imigrantes alemães para a abertura da Rodovia União e Indústria com o objetivo de viabilizar a exportação de café produzido na Mata pelo porto do Rio de Janeiro (Giroletti, 1988:57/8). Essa preocupação esteve presente na política de imigração e colonização do governo mineiro. A criação de núcleos de colonização tinha uma dupla finalidade, produção de alimentos e fornecimento de trabalhadores agrícolas e de operários urbanos. Até 1897, haviam sido fundados cinco núcleos coloniais. Desses, quatro foram organizados pelo poder público e um pela iniciativa privada, o núcleo, Ferreira Alves. Foi implementado pela iniciativa privada em São João Nepomuceno com o objetivo de estabelecer imigrantes italianos para trabalhar nas fazendas de café na Zona da Mata, contratados diretamente na Itália pelos fazendeiros interessados (Ciscotto Filho, 2015). Dos quatro, três foram criados durante o Império e localizados em cidades estratégicas do ponto de vista da modernização do Estado: Barbacena (Rodrigo Silva), São João del-Rei (Colônia do Marçal) e Sabará (Maria Custódia). O quinto núcleo colonial, criado pelo governo mineiro em 1897, chamava-se Barreiro. Localizava-se em uma fazenda que havia sido desapropriada quando da criação da nova Capital. Seus mananciais de água foram aproveitados para o abastecimento da Cidade de Minas.<sup>14</sup> Nela foi criada a primeira colônia agrícola da nova Capital com uma dupla finalidade: produção de alimentos para seus habitantes e fornecimento de trabalhadores à agricultura, aos serviços e à indústria local. Hoje, o antigo núcleo colonial

---

<sup>13</sup> Para outras informações sobre a crise de alimentos e dos problemas por ela gerados, consultar: Taunay, 1945:168/9 e Soares, 1865 e 1977.

<sup>14</sup> Para outras informações sobre esses núcleos, consultar: Góes Monteiro, 1974; Anastasia, 1990 e Pereira, Faria & Brandão, 2012.

é um bairro operário integrado a Belo Horizonte e um importante centro industrial e comercial.

Logo após a proclamação da república foram criados mais cinco núcleos, todos com vistas à viabilização da nova Capital: Carlos Prates, Afonso Pena, Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Américo Werneck. Tiveram o mesmo propósito do núcleo colonial de Barreiro: abastecimento de gêneros alimentícios, produção de insumos para a construção civil e o fornecimento de trabalhadores qualificados para os setores, secundário e terciário, da Capital. A região central, além desses núcleos que serviram à Capital, foi contemplada com a organização de dois outros núcleos: Vargem Grande (que foi a ampliação do núcleo do Barreiro) e Wenceslau Braz em Sete Lagoas (Anastasia, 1990:224). Outras regiões foram contempladas com novos núcleos rurais e urbanos. As Zonas da Mata e Sul foram as duas regiões estratégicas melhor aquinhoadas com essas iniciativas de colonização, especialmente na segunda fase da imigração implementada a partir de 1903. Na Mata, situaram-se vários núcleos de povoamento: Barão de Airuoca, Major Vieira, Constança, Santa Maria, Pedro Toledo e Joaquim Delfino entre outros. No Sul, merecem destaque os núcleos: Francisco Sales em Pouso Alegre, Nova Baden em Lambari, a colônia Itajubá nesse município entre outros (Anastasia, 1990:222-4). Por um levantamento das cidades mineiras que mais receberam imigrantes italianos, feito pelo pesquisador, Francisco Cenni, percebe-se que os municípios mais contemplados com outros núcleos de povoamento localizavam-se nas regiões mais desenvolvidas do Estado. São elas em ordem de importância decrescente: Juiz de Fora, Ubá e Rio Pomba na Zona da Mata; Ouro Fino, Monte Santo e Poços de Caldas no Sul de Minas; Conquista e Uberaba no Triângulo Mineiro; Belo Horizonte, Barbacena e São João del-Rei na região central (Cenni, 1975:145). As regiões menos desenvolvidas como o norte, o nordeste e o noroeste não foram atendidas com projetos de colonização pelo governo mineiro até 1930.

A maior parte dos imigrantes italianos encaminhados ao setor agrícola em Minas vinha do nordeste da Itália. Eram agricultores, vênets e friulanos, com grande experiência na gestão da pequena e média propriedade familiar, um recurso estratégico que os imigrantes italianos e seus descendentes trouxeram para Minas Gerais e também para os demais estados brasileiros que os receberam. Nem todos os projetos de colonização agrícola foram bem sucedidos. Os que vingaram foram, em geral, aqueles localizados próximos aos maiores mercados à época que asseguravam uma demanda relativamente estável para a produção alimentar. Além disso, deve-se lembrar que a organização dos núcleos de colonização tinha outro objetivo: promover a colonização e a fixação do imigrante no Estado. Esse objetivo foi bem realçado pelo Congresso de 1903 e tornou-se parte do plano do governo de João Pinheiro e meta principal da segunda fase da política de imigração e colonização implementada em Minas até 1930 (Góes Monteiro, 1974).

Da perspectiva dos núcleos de colonização, sua continuidade dependerá da existência de um centro consumidor próximo ou de um sistema de transporte eficiente e barato que assegurasse o escoamento da produção menos perecível para outros mercados. Entre todos, os que mais prosperaram foram os núcleos de colonização organizados ao redor da nova Capital onde havia uma demanda estável e um mercado razoável que permitia o desenvolvimento de uma produção agrícola em caráter permanente. Ao mesmo tempo, a Capital oferecia muitas oportunidades de trabalho aos membros do núcleo familiar na construção civil, em obras de infraestrutura, no setor de serviços e na indústria.

Neles, os imigrantes italianos puderam trabalhar como assalariados, autônomos ou donos de seus próprios negócios. Essa múltipla vinculação ao mercado permitiu diversificar suas fontes de renda, garantindo o sustento e o progresso da família pela combinação da produção agrícola com outros ganhos nas atividades urbanas. Por fim, com o crescimento da Capital ao longo do século XX, muitos descendentes de italianos ganharam um bom dinheiro com a transformação de suas propriedades agrícolas em loteamentos urbanos.

A quarta contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento agrícola deu-se pela introdução de novas técnicas produtivas e de novos cultivares. Quanto aos novos equipamentos agrícolas introduzidos no campo, mencionam-se arados e grades para lavrar e gradear terrenos, carroças para transporte de mercadorias e passageiros no campo e na cidade e outras ferramentas de trabalho. É mister fazer referência à introdução de novos cultivares: a produção de olivas para consumo doméstico; a videira que gerou a viticultura e a produção de vinho no Sul de Minas; a sericultura que possibilitou a produção de seda em Barbacena e a produção de vários tipos diferentes de verduras que vieram enriquecer a culinária mineira. Deve-se lembrar, em terceiro lugar, a importância da pequena propriedade produtiva e da produção familiar para o desenvolvimento agrícola mineiro e brasileiro. Ela foi e tem sido a base da agricultura e da pecuária na Europa. A introdução da pequena propriedade no Brasil pelos imigrantes europeus possibilitou diversificar a produção e a estrutura da propriedade agrícola em Minas, bastante dependente da latifúndio e da monocultura. Ainda hoje, o sucesso atual do sistema agrícola brasileiro repousa na sinergia entre a agricultura familiar responsável pela produção de alimentos no país e a média e a grande propriedade responsável pela moderna produção de commodities destinadas à exportação que tem sustentado nossa balança de pagamentos. Por fim, a imigração italiana introduziu em Minas o hábito do trabalho familiar (Campoli, 2013:86/7). O ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho será um dos fatores que explica a revolução feminista na segunda metade do século XX. Foi sob a égide da agricultura familiar, que os imigrantes inovaram o cultivo de café e incrementaram a produção cereais, hortigranjeiros, frutas, verduras e a criação de bovinos, suínos e aves que forneceram a proteína necessária e ainda possibilitaram a produção de leite e derivados e de embutidos, diversificando a cozinha tradicional mineira.

Pelas avaliações da época, os imigrantes italianos eram considerados “excelentes trabalhadores, acomodando-se com relativa facilidade ao sistema de meação ou parceria”. Além disso, o “italiano era não só útil como mão de obra, mas atendia, também, como elemento colonizador” (Góes Monteiro, 1974:76) Não se tratava de meramente substituir ou suprir a falta de trabalhadores disponíveis à agricultura cafeeira de exportação nem apenas de povoar áreas não densamente povoadas. A imigração vinha contribuir para a constituição de uma nova sociedade emergente pós colonial e escravocrata. Se a vinda de imigrantes para Minas tivesse sido tão massiva como em São Paulo, a transição para uma economia capitalista teria sido mais rápida e mais profunda e provocado uma diversificação maior de sua economia e de sua sociedade até então polarizada entre senhores e escravos.

Na análise ficaram claros os dois objetivos principais da política de imigração do governo mineiro: suprir mão de obra para a produção de café e colonização de áreas pouco habitadas e desenvolvidas. Os resultados obtidos na consecução dos dois objetivos foram parciais pelo número limitado de imigrantes atraídos e assentados. O governo teve pouco êxito na colonização de imensas áreas de terra devolutas de sua propriedade pelas regras

rígidas de acesso por ele mesmo criadas, segundo Góes Monteiro (1974:79). Analisando a questão pela ótica dos imigrantes e de seus objetivos, percebe-se que eles nem sempre coincidiam com os propósitos da política de imigração. Seu sonho era começar uma vida nova num outro país e em outras condições, objetivo vital de qualquer ser humano, mas que lhe foi negado no seu país de origem. São pessoas trabalhadoras, disciplinadas, com disposição para trabalhar e movidas por grandes aspirações de mobilidade social. Seu parâmetro é o “self made man” em busca de novas oportunidades no novo mundo onde o sistema capitalista estava em expansão, oportunidade que lhe fora negada no velho continente. Trabalhar na fazenda de café foi o ponto de partida, mas não o porto de chegada. Ter acesso à terra e tornar-se proprietário e produtor rural autônomo com base na agricultura familiar de café ou de alimentos foi uma forma importante de realizar seus sonhos. Nem todos se contentaram em permanecer trabalhadores rurais em caráter permanente. Um grande grupo estabeleceu-se ou migrou do campo para as cidades onde se tornaram operários urbanos. Um segundo transformou-se em micro, pequeno ou médio empresário industrial ou urbano, outra maneira interessante de satisfazer seus desejos de mobilidade social. Um terceiro grupo realizou-se como profissionais liberais autônomos ou na empresa privada ou em atividades ligadas ao setor público.

## 5. Modernização dos Transportes

Os imigrantes deram uma contribuição significativa ao desenvolvimento dos transportes, ferroviário e rodoviário. A precariedade dos transportes em Minas foi outra herança colonial negativa. Quando do ciclo do ouro (1690-1740), o governo português procurou isolar o acesso às minas gerais para as outras potências européias, controlar o contrabando interno e evitar a evasão de divisas dos campos auríferos. Do ponto de vista econômico, a modernização dos transportes somente se viabilizou quando, historicamente, houve a necessidade de se transportar grandes quantidades de mercadorias de forma regular e à longa distância ou de pessoas nas grandes metrópoles. Diante dessa necessidade, novas tecnologias foram criadas pelos homens, a máquina a vapor e a ferrovia.<sup>15</sup> No Brasil foram a expansão da lavoura cafeeira e a necessidade de colocar sua produção nos portos de embarque do Rio de Janeiro e de Santos que viabilizaram a modernização do sistema de transportes pesado e à longa distância a partir de 1850. Aqui, a ferrovia vem associada à lavoura cafeeira como seu produto e, num segundo momento, ela foi fator disseminador de sua expansão produtiva. Ele teve também objetivos políticos de integrar Rio de Janeiro às demais províncias/estados e à defesa das nossas fronteiras do sul e do oeste, necessidade evidenciada durante a Guerra do Paraguai.

Reconhecidas as fragilidades, econômica e política, e por pressão do exército, o governo imperial iniciou um programa arrojado de modernização dos transportes pela criação de uma extensa malha ferroviária que partia do Rio de Janeiro para o centro, sul e norte do país. Esta política foi acompanhada de perto pela extensão das redes regionais a cargo dos governos provinciais e estaduais. Esse foi o maior projeto de modernização implementado pelo governo imperial e continuado na república com envolvimento da iniciativa privada, iniciado em 1850 e concluído em 1930.

---

<sup>15</sup> Para uma maior discussão dessa relação, consultar: Barker & Savage, 1974 e Gourvish, 1989.

A construção ferroviária no Brasil teve a participação da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Alemanha, como países fornecedores de tecnologias para sua abertura e implantação. Não só os equipamentos e insumos foram importados, mas os engenheiros, técnicos e operários especializados foram contratados no exterior. A extensão da ferrovia no Brasil foi um grande negócio para os três países que disputavam entre si a venda de equipamentos, o know how e a concessão de empréstimos para viabilizá-la. Só mais tarde depois de concretizada a construção de várias linhas ferroviárias, as nossas faculdades passaram incluir esses conhecimentos no ensino de engenharia para a formação de engenheiros brasileiros. A extensão da Ferrovia (D. Pedro II) Central do Brasil em terras fluminenses e mineiras foi a grande escola prática onde se formaram dezenas de engenheiros patrícios.<sup>16</sup> A Central do Brasil foi um dos maiores empreendimentos estratégicos, iniciado pelo governo imperial e complementado pelo republicano. Fora concebido para ligar o Rio de Janeiro por terra a cinco províncias: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Em Minas, a ferrovia estendeu-se até Pirapora e desta cidade a conexão se completava pelo Rio São Francisco, navegável à época e pensado para ser o Nilo brasileiro, cultivado em toda sua extensão.

A falta de uma infraestrutura moderna de transportes era constantemente apontada como uma das causas do seu atraso econômico de Minas (Jacob, 1911:263). Esse problema passou a ser enfrentado a partir da segunda metade do século XIX até 1930. Na verdade, o processo de modernização dos transportes em Minas havia começado com a abertura da Rodovia União Indústria (RUI) que ligava Juiz de Fora a Petrópolis e desta Cidade ao Rio de Janeiro pela Ferrovia Mauá. A Rodovia foi iniciada com capitais privados e logo em seguida teve participação do governo imperial e das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. As razões de sua construção prendem-se à exportação de café, ao incremento do comércio de importação e exportação e ao serviço de passageiros entre a Corte e Minas Gerais e vice-versa. A RUI foi iniciada em 1856 e concluída em 1861. Foi o primeiro grande empreendimento moderno implementado em Minas. Para viabilizá-lo, a Companhia União e Indústria (CUI) recorreu à imigração de engenheiros europeus, técnicos e operários especializados e de agricultores vindos, em sua grande maioria, da atual Alemanha. O corpo técnico foi responsável pelo planejamento e direção executiva das obras de arte e do leito principal da Rodovia. Mas na abertura do leito principal e na execução das obras de arte foi empregada a mão de obra escrava. Foram incorporados mais de 2.500 escravos, alugados, em sua grande maioria, das companhias inglesas de mineração de Cocais do Gogo Soco e de fazendeiros fluminenses e mineiros.<sup>17</sup>

Com a abolição, não havia mais escravos a serem alugados para realizar o trabalho braçal necessário à construção de ferrovias e rodovias nem pessoas qualificadas para administrá-las e operá-las. Por isto, recorreu-se ao engajamento estratégico de trabalhadores nacionais e estrangeiros. A modernização dos transportes foi outra grande contribuição dos imigrantes italianos entre outras nacionalidades ao desenvolvimento capitalista, urbano e industrial de Minas Gerais. Este foi um objetivo explícito da elite e do

---

<sup>16</sup> Para uma descrição desse grande projeto de modernização do transportes e do aprendizado dessa nova tecnologia ferroviária, consultar entre outros: Telles, 1987; Otoni, 1982, Wirth, 1982 e Giroletti, 1999.

<sup>17</sup> Para um estudo mais detalhado desse empreendimento, sua construção e seu significado econômico, consultar: Giroletti, 1980 e 1988.

governo mineiro para retomada do seu desenvolvimento no período republicano. Na ausência de escravos, o governo mineiro estimulou o emprego de imigrantes na execução de vários projetos. Não foi sem razão a decisão do governo de localizar a maior parte dos núcleos coloniais e urbanos de imigração na Capital, no Centro, na Zona da Mata, no Sul, no Leste e no Triângulo – onde estavam em execução os principais projetos de extensão de ferrovias e de rodovias que lhes serviriam de rede. A existência de mão de obra disponível e a contigüidade dos projetos favoreceram a contratação de imigrantes residentes nos núcleos coloniais e urbanos para serem operários ou técnicos nesses novos empreendimentos, situados em regiões ou cidades mais desenvolvidas, como: Belo Horizonte, Barbacena, São João del-Rei, Sabará na região central; Juiz de Fora, Mar de Espanha, Ubá na Zona da Mata; Itajubá, Varginha e Poços de Caldas no Sul; Divinópolis na região Oeste e Uberaba, no Triângulo mineiro entre outras.

Há outras evidências do emprego de imigrantes italianos em projetos ferroviários. Em 1894, há um pedido, feito pelo seu diretor, para a contratação de 200 imigrantes italianos para trabalhar na construção do ramal de São João del-Rei da Estrada de Ferro Oeste de Minas. O pedido foi autorizado e encaminhado pelo governo mineiro ao Superintendente da Imigração na Europa para sua contratação com subsídios do Estado (Góes Monteiro, 1974:70). Há muitos registros do engajamento de imigrantes italianos no prolongamento da Ferrovia Central do Brasil em direção de Barbacena, Sabará e a caminho de Pirapora e na extensão de ramais para Ouro Preto e Belo Horizonte; na construção das seguintes estradas de ferro: Ferrovia Leopoldina na Zona da Mata em Juiz de Foras e no trecho de Carangola, Munhumirim, Munhuaçu em direção à Caratinga; da Ferrovia Oeste de Minas e das Estradas de Ferro Minas Rio, Sapucaí, Muzambinho e de Guaxupé no Sul de Minas. Deve-se mencionar, ainda, a participação dos imigrantes italianos na construção de mais três ferrovias: a Bahia-Minas, a Mogiana e Vitória Minas. A primeira foi construída no nordeste de Minas e ligava Teófilo Otoni ao litoral no sul da Bahia. A segunda liga o Triângulo Mineiro ao porto de Santos. O mesmo aconteceu na construção da Ferrovia Vitória Minas que liga Belo Horizonte a Vitória no Espírito Santo.<sup>18</sup>

A expansão do sistema ferroviário mineiro absorveu um número significativo de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Entre esses, destacam-se muitos imigrantes italianos, empregados em várias tarefas, como: operários para a execução das obras ferroviárias; outros trabalharam na produção de dormentes, postes e de outros insumos usados na sua construção. Depois de construídas, muitos imigrantes foram contratados como ferroviários para trabalhar na operação do sistema e nas atividades de manutenção das vias e das máquinas. Muitos deles trabalharam nessa atividade até suas aposentadorias. Alguns tiveram participação ativa na fundação do sindicato da categoria e intensa militância sindical. No final da década de 1890, com a redução da exportação e do preço do café no mercado internacional muitas companhias entraram em crise e boa parte delas foi nacionalizada pelos governos, federal e estadual. Uma dezena delas situadas na zona da Mata foi absorvida pela rede Leopoldina, controlada e gerida por capitais britânicos. Com a estatização de grande parte da rede ferroviária mineira, muitos desses imigrantes italianos tornaram-se funcionários públicos, assim permanecendo até sua aposentadoria.

---

<sup>18</sup> Para outros dados sobre a participação dos imigrantes italianos na modernização dos transportes em Minas, consultar: Góes Monteiro, 1974; Wirth, 1982; Giroletti, 2000; Biasutti et al, 2003 e Campoli, 2013.

Para que se tenha outra idéia da quantidade de empregos e de postos de trabalho gerados pelo desenvolvimento ferroviário mineiro, dos investimentos concretizados por empresas privadas e por órgãos públicos, das obras de construção e de manutenção realizadas e das oportunidades de trabalho em termos de operação e manutenção, basta relatar que Minas tinha em 1910 a segunda maior rede ferroviária do país com 4.496 km. Só perdia pela rede paulista cuja extensão era um pouco maior com 4.725 km (Jacob, 1911:422), uma diferença pequena em quilometragem lembrando o grande número de imigrantes lá estabelecidos e a pujança da sua economia. Os italianos não foram os únicos trabalhadores ou fornecedores contratados tanto para a construção, operação e manutenção da rede ferroviária mineira ou brasileira. Mas, certamente, eles deram, com seu trabalho, seu empenho e dedicação, uma contribuição significativa à construção de um sistema de transportes em Minas que era visto como fundamental ao seu processo de modernização em sentido mais amplo. Não se pode esquecer que, à época, a ferrovia era, ela mesmo, sinônimo de progresso e de modernidade para os povos que dispunham desse serviço e desse conforto, significando status, qualidade de vida e civilização.

Outro setor que terá uma contribuição significativa dos imigrantes foi a extensão das rodovias. Eram muitos os desafios neste novo ramo de transporte. Belo Horizonte precisava ser conectada com todas as regiões do Estado para poder funcionar como sua nova Capital e para integrá-las economicamente. O mesmo ocorreu com Brasília, depois de sua construção. A abertura de rodovias era um processo mais rápido e menos dispendioso do que as ferrovias. As cidades e os distritos precisavam ser ligados por estradas vicinais às novas estações ferroviárias para que o sistema de transporte de pessoas e de mercadorias fluísse e funcionasse como uma grande rede interligada. Essa ligação, rodovia-ferrovia e vice-versa, foi pensada como um sistema complementar e alimentador de cargas e de passageiros, garantindo dessa maneira a sua viabilização financeira durante todo o ano, não apenas na época das colheitas agrícolas. Deve-se lembrar ainda que já na primeira década do século XX, iniciou a circulação de caminhões e de automóveis que chegavam ao Brasil importados do exterior e passaram a necessitar rodovias mais amplas e de melhor qualidade. A implantação do sistema rodoviário em âmbito local e nacional será outro grande capítulo da modernização dos transportes brasileiros que irá suplantará a rede ferroviária depois de 1930.

Deve-se reconhecer que a contribuição dos imigrantes italianos na construção do sistema ferroviário e rodoviário ocorreu em todo o Brasil. Além de Minas, há registros de sua participação em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Há notícias da participação de imigrantes italianos até da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Rondônia.<sup>19</sup> Muitos dos imigrantes participaram de sua edificação como engenheiros ou como empreiteiros, além das modalidades anteriormente mencionadas. Essa é outra contribuição significativa dos imigrantes italianos ao desenvolvimento de Minas Gerais pela sua participação na modernização do transporte ferroviário e rodoviário. A existência desse meio moderno garante o consumo final da mercadoria pelo cliente para que o ciclo da produção de um

---

<sup>19</sup> Para maiores informações sobre essa participação, consultar: Petrone, 1977; Cenni, 1975; Giroletti, 1987 e 1999; Azevedo, 1990.



sistema capitalista se complete e se viabilize em caráter permanente. Mas por serem as obras ferroviárias e rodoviárias, grandes ou pequenas, realizadas em várias regiões do Estado e por serem engajados operários de várias nacionalidades, a participação dos italianos (bem como de trabalhadores de outras etnias) não teve, ainda, visibilidade necessária nem o seu reconhecimento devido. A implantação do sistema ferroviário e rodoviário moderno mineiro durante a Primeira República é uma realidade inquestionável pela sua dimensão e extensão. Em 1938, Minas possuía 8.160 km de ferrovia, uma quantidade superior a São Paulo. Representava um quarto do total existente no país. Em 1930, existiam no Estado 20.970 km de estradas de rodagem contra 28.062 em São Paulo, a segunda rede rodoviária do país (Wirth, 1982: 102 e 106). Diante dessa extensa malha ferroviária e rodoviária relacionada, será possível reconhecer a participação significativa do trabalhador nacional e dos imigrantes italianos (operários e técnicos) e de outras nacionalidades (ou de seus descendentes) na sua construção numa época de poucos recursos tecnológicos disponíveis e de falta de trabalhadores e de operários especializados.

Por fim, a contribuição dos imigrantes italianos e dos seus descendentes à modernização do setor de transporte rodoviário ocorreu no campo empresarial. Américo Renê Giannetti era filho do empresário Pietro Giannetti e neto do engenheiro, Carlo Antonini. Nasceu no Rio Grande do Sul. Transferiu-se para Belo Horizonte em 1913, acompanhando seus pais que vieram para cuidar da herança e assumir os negócios deixados pelo seu avô Carlo, falecido naquele ano. Na Capital, dedicou-se aos estudos até formar-se em engenharia em 1923 na Escola de Minas de Ouro. Assumiu nesse mesmo ano, a gerência da fábrica de ferro-gusa de propriedade da família, localizada em Rio Acima, região metropolitana de Belo Horizonte. Permanecendo no exercício desta função, Américo resolveu diversificar seus investimentos, criando em 1928 com seu colega de turma, Petrônio de Almeida Magalhães, uma nova firma, a A R Giannetti & Almeida Magalhães, voltada à construção de estradas de rodagem. Esta era outro filão de mercado, porque o governo de Minas estava empenhado em conectar a nova Capital com Rio e São Paulo e com todas as regiões do Estado, visando seu desenvolvimento e integração econômica. Com a nova empresa, os dois sócios participaram de várias concorrências públicas e foram contemplados com muitas obras, a começar pela construção de vários trechos das rodovias Belo Horizonte-Rio de Janeiro e Belo Horizonte-São Paulo. Posteriormente, participaram de concorrência para a abertura de outras rodovias estaduais na Capital e no interior (Couto, 1992:69/70). Embora descendente, não será possível desvincular a atuação de Américo Giannetti como engenheiro e empresário não só pela ascendência italiana, mas porque o capital, que deu início a tudo e que ele soube fazer crescer e multiplicar, é de origem imigrante. Foi acumulado pelo trabalho intenso de seu pai e do seu avô. Do ponto de vista italiano, essa vinculação não causa estranhamento nenhum porque essa nacionalidade é transmitida pelo “jus sanguinis”, além do local de nascimento.

## 6. Desenvolvimento Urbano.

A participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento urbano mineiro será evidenciada por quatro modalidades principais: crescimento físico e demográfico das principais cidades do interior, construção da nova Capital, incremento às novas atividades urbanas e fortalecimento da sociedade urbana em oposição à rural. Os imigrantes italianos

foram encaminhados para as áreas mais desenvolvidas do Estado situadas abaixo do paralelo 19. As mais urbanizadas eram a Zona da Mata e o Sul de Minas durante o período, havendo nelas uma correlação positiva entre expansão da cafeicultura, modernização dos transportes e crescimento urbano, fenômeno igualmente registrado no interior do Rio de Janeiro e de São Paulo. Deve-se lembrar que o primeiro processo de urbanização de Minas Gerais ocorreu durante o ciclo do ouro e dos diamantes. Seria retomado no século XIX com o desenvolvimento da pecuária e da agricultura comercial de exportação, ligada ao café. Na virada do século dezanove para o vinte, a economia era agrícola e a sociedade mineira, predominante rural. Em 1920, segundo dados do Censo, apenas 11% da população mineira viviam em cidades.<sup>20</sup> A compreensão da contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento urbano mineiro deverá ter como pano de fundo o atraso nesse processo em comparação com os outros estados, lembrando que aqui não ocorreram a participação massiva verificada em São Paulo nem a concentração geográfica vista na Serra gaúcha.

As cidades, desde seu surgimento, foram vistas como expressão de civilização, ao registrar a passagem da economia agrícola à urbana. Por isto, são muito valorizadas socialmente e têm exercido uma grande atração sobre as pessoas que vivem no meio rural por serem locais onde se concentravam os principais e os melhores serviços disponíveis em cada época e por oferecerem melhores condições e qualidade de vida. Historicamente, elas têm sido analisadas como protótipos de urbanidade e de modernidade, além de civilização.<sup>21</sup> Esse fascínio pelo meio urbano sempre esteve presente no imaginário dos imigrantes italianos pelo conhecimento das grandes e médias cidades da Itália de onde provinham. O desenvolvimento urbano foi sempre uma preocupação e um signo da Roma Imperial. Portanto, migrar para as cidades, lá estabelecer-se e iniciar uma vida nova com mais conforto, melhores serviços e qualidade de vida sempre fizeram parte dos seus sonhos de mobilidade social, ao enfrentar os desafios que a imigração além mar poderia reservar. O fascínio pela vida urbana dos imigrantes coadunava-se, perfeitamente, com o novo projeto de desenvolvimento desejado pela elite e implementado pelo governo mineiro que tinha, entre seus pontos principais, a implementação da urbanização e da industrialização. Há aqui a confluência profunda entre uma necessidade histórica coletiva e um projeto político para atendê-la com o imaginário e as aspirações sociais dos imigrantes italianos, aqui chegados, para executá-lo no recomeço de suas vidas. Essa confluência será outra força mobilizadora a turbinar a nova etapa de modernização do Estado que se anunciava ao se proclamar a República sob inspiração do positivismo comtiano.

Quanto à sua contribuição ao crescimento físico e demográfico dos núcleos urbanos do interior, deve-se considerar, em primeiro lugar, a imigração espontânea de italianos que antecedeu a subvencionada. Minas teria recebido, segundo Campoli, cerca 2.000 imigrantes procedentes do sul da Itália entre 1860 e 1887. Eram, em sua maioria, artesãos – sapateiros, serralheiros, carpinteiros, mestres de obras e pequenos comerciais – que se estabeleceram nas cidades para desenvolver atividades profissionais consoantes suas especialidades no atendimento de demandas específicas da população urbana e rural (2013:147). Em segundo lugar, devem ser acrescidos aos pioneiros os que imigraram

---

<sup>20</sup> Para outras informações, consultar: Wirth, 1982:61- 63 e Giroletti, 1988:94/95.

<sup>21</sup> Para uma discussão sobre cidades e suas funções, consultar: Santos, 1965.

diretamente para as cidades durante o período de imigração subvencionada. Segundo Campoli, dos 77.000 imigrantes aqui estabelecidos, 6.000 deles teriam optado pelas cidades desde sua chegada como local estratégico para seu desenvolvimento profissional e familiar (Campoli, 2013:109). A vinda desses imigrantes para os núcleos urbanos manteve-se continuamente até 1930 quer pela intermediação do governo e/ou de parentes aqui estabelecidos, ao convidar familiares para vir trabalhar em Minas. Estes imigrantes, atraídos por parentes, eram os mais valorizados pelo governo do Estado porque aqui vinham e, raramente, iam embora.

Há, em terceiro lugar, muitos registros da vinda de imigrantes com recursos e/ou por iniciativa própria, procedentes da Itália, Argentina ou mesmo de estados vizinhos, estabelecendo-se em núcleos urbanos como empresários. Para elucidar o uso dessa modalidade de imigração nem sempre registrada pelos controles oficiais, mencionam-se dois exemplos, Poços de Caldas e Divinópolis. Campoli descreve a vinda para Poços de Caldas de imigrantes italianos que moravam em São Paulo. Foram contactos por fazendeiros mineiros com boas propostas para convidá-los a trabalhar em suas fazendas de café em solo mineiro. Dos primeiros 1.600 imigrantes atraídos, apenas 350 dedicaram-se à agricultura. Mais tarde, tornaram-se proprietários e produtores familiares de café nas glebas de terra onde trabalharam como assalariados, comprada dos seus antigos patrões. A maior parte deles, no entanto, preferiu morar na cidade, dedicando-se à implementação de atividades urbanas demandadas por uma cidade em expansão. Foram ser: alfaiates, barbeiros, carpinteiros, mestres de obras. Outros dedicaram-se aos serviços de hotelaria e restaurantes, atividades comerciais, engenharia e arquitetura (2013: 115 e 159).

Anamaria Mourão resgata o estabelecimento de dezenas de famílias de italianos com seus filhos a partir de 1910 em Divinópolis e região quando da extensão da Ferrovia Oeste de Minas àquelas paragens. A abertura de Ferrovia não foi só um fator estimulador da agricultura comercial, mas um veículo de atração e de estabelecimento de imigrantes nas áreas de expansão da fronteira agrícola e comercial que a modernização dos transportes passou a representar. A autora cita dezenas de famílias italianas que lá se estabeleceram, a saber: Biondini, Caporalli, Cavalieri, Consoli, Dardegan, Fabbrini, Franco, Fornero, Giangregori, Giovannardi, Gino, Greco, Luchesi, Merrigli, Michelini, Notini, Pardini, Pinto, Pirfo, Rinaldi, Russo, Sabatino, Sbampato, Scarioli, Senni entre outras. Da mesma forma verificada nos outros casos citados, esses imigrantes dedicaram-se ao desenvolvimento de atividades urbanas relacionadas ao comércio, serviço hoteleiro, restaurantes e açougue, sapataria, padaria, motoristas, ferreiros, mecânicos, funerária, relojoaria, fotografia, cinema entre outras profissões (2004, passim).

Convém registrar, em quarto lugar, a contribuição dos imigrantes italianos ao processo de urbanização pela sua participação na constituição de núcleos urbanos e rurais criados pelo governo no período. Dos 33 núcleos, a maior parte deles foi situada na Zona da Mata, no Sul e na região central. Campoli calcula que, inicialmente, foram estabelecidos um pouco mais de 3.000 imigrantes italianos nesses núcleos de entremeio com os trabalhadores de outras nacionalidades (Campoli, 2013: 70, 85 e 109). Mas como foram localizados próximos aos centros urbanos já existentes, eles passaram a atrair outros imigrantes e, pouco a pouco, foram se transformando em seus bairros ou parte integrada à zona urbana. O melhor exemplo dessa transformação foi a incorporação dos primitivos núcleos rurais – Barro Preto, Carlos Prates, Lagoinha, Horto, Santa Efigênia, Serra e outros

– em bairros de Belo Horizonte ao longo do período (Góes Monteiro, 1974:166). Outros assentamentos rurais do interior, foram, em pouco tempo, anexados às cidades onde se situaram pelo processo de conurbação ocorrido entre eles. Em Barbacena, houve a integração do núcleo rural Rodrigo Silva com a parte central da cidade. O mesmo ocorreu entre o núcleo urbano de São João del-Rei e a Colônia do Marçal.

Em quinto lugar, deve-se mencionar o êxodo de imigrantes italianos das áreas rurais para os centros urbanos como o fator mais importante para o desenvolvimento do processo de urbanização do Estado pelo volume e qualidade de sua participação. Campoli calcula que teriam sido de 18 a 24.000 os italianos que migraram do campo para as cidades, processo iniciado em 1899 com o agravamento da crise do café, mantendo-se constante ao longo do período. Como o êxodo maior proveio das regiões cafeeiras da Mata e do Sul, o crescimento das cidades nessas regiões foi mais intenso. Essa maior participação dos imigrantes italianos pode ser evidenciada pelos dados dos censos de 1890 e 1920. Em 1890, foram registrados 13.039 imigrantes italianos com residência nas treze maiores cidades mineiras do interior. Dessas, oito situavam-se na Zona Mata, abrigando 10.066 imigrantes italianos, 77% do total. Em 1920, o censo registrou 23.669 italianos residentes nesses mesmos núcleos urbanos, representando um aumento de 55% em 30 anos. A Zona da Mata concentrava 67% dos imigrantes italianos e Juiz de Fora era o maior núcleo urbano com 6.084. O Sul era a segunda região com maior número de imigrantes (4.935) e a maior concentração era em Poços de Caldas com 2.017. A terceira região em número de imigrantes italianos era a Metalúrgica e as maiores concentrações em Barbacena e São João del-Rei e Belo Horizonte.<sup>22</sup> Campoli registra, ainda, a migração de 6.000 imigrantes italianos para os distritos ou núcleos urbanos onde trabalharam como assalariados rurais, aproveitando-se dos relacionamentos já estabelecidos e do conhecimento de oportunidades de trabalho lá existentes (2013:109). Esta foi outra contribuição importante dos italianos no crescimento urbano desses distritos que se tornarão, mais tarde, municípios independentes e das pequenas cidades que diversificaram suas atividades econômicas urbanas com sua presença.

Em sexto lugar, deve-se considerar a contribuição dos imigrantes italianos no crescimento urbano e à construção da nova Capital, Belo Horizonte.<sup>23</sup> A nova Capital era um fator essencial da nova estratégia de desenvolvimento econômico de Minas Gerais a ser implementada na República, deixando para trás o período colonial e imperial. Construir a nova Capital era sinônimo de vida nova e de desenvolvimento em outro patamar. Foi o que significou Brasília nos anos 50 e 60. Construir uma cidade nova do zero em quatro anos, tempo de duração previsto e de atuação da Comissão Construtora, foi um grande desafio com os poucos recursos humanos e tecnológicos disponíveis à época. A nova Capital foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897 e a Comissão organizadora, dissolvida nesta data. Por isto, o planejamento só valeu para o perímetro urbano dentro da Avenida do

---

<sup>22</sup> Eram oito cidades na Zona da Mata, citadas em ordem decrescente de importância pelo número de imigrantes italianos nelas residentes em 1920: Juiz de Fora, Ubá, Cataguases, Muriaé, Leopoldina, Mar de Espanha, São João Nepomuceno e Viçosa; no Sul: Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso e Varginhas; na região central: Barbacena e São João del-Rei, excluindo-se a Capital. Para consultar os dados completos: Campoli, 2013:148.

<sup>23</sup> Para uma discussão ampla do processo de escolha e de transferência da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, consultar: Resende, 1982; Singer, 1974 e Gomes, 2005.

Contorno. Sua expansão posterior para o setor suburbano não foi prevista pelo plano inicial, sendo comandada, posteriormente, pelo poder municipal e pelo mercado.

A transferência significou uma profunda mudança no comando político estadual. Ela representou o deslocamento da influência e do poder político da antiga elite mineradora da Zona Central para a nova elite que emergiu na Zona da Mata e no Sul de Minas, ligada à expansão da cafeicultura como o seu principal setor econômico e fator de reordenamento das finanças públicas (Carvalho, 2005:63/4). A construção de Belo Horizonte teve um profundo valor simbólico. Foi a primeira cidade a ser construída no Brasil no alvorecer da República. Viria, posteriormente, a construção de Goiânia e Brasília ao longo do século XX. A transferência da Capital foi um acerto de contas com o passado colonial, a dependência externa e a perpetuação do atraso. Significou um salto para o futuro. Para a modernidade. O novo Estado moderno, urbano, industrial, desenvolvido. A realização dos novos projetos idealizados pela nova elite governamental mineira demandava novos agentes empreendedores com novas qualificações, mentalidade e com capacidade de torná-los realidade. Esse novo agente não seria mais o escravo ou o liberto, embora eles fossem chamados a contribuir de forma complementar. Nessa nova tarefa, entraram em ação os engenheiros, os técnicos e os imigrantes como os novos artífices da modernidade.

Decidida a transferência, as obras da nova Capital iniciaram pela construção da infraestrutura e pela aprovação do plano geral da edificação da cidade. Em 1895, foi concluído o ramal ferroviário que partia da Central do Brasil em Sabará para Belo Horizonte, viabilizando, desta forma, o transporte de pessoas, material e de alimentos necessários à sua construção. Nesse mesmo ano, ficou pronta a planta geral da cidade, dividida em três setores distintos: urbano, suburbano e rural. A urbana foi reservada à administração e aos serviços públicos e como local de moradia para a elite. Foi a única planejada, circundada pela Avenida do Contorno. A parte suburbana, a mais extensa, e a rural seriam incorporados ao núcleo urbano central na medida em que a Capital iria a se expandir ao longo do período. Como a economia mineira estava em crise pela desorganização da produção após abolição e pela queda do preço do café no mercado internacional, a construção de Belo Horizonte foi viabilizada por um grande empréstimo internacional levantado em Paris e nos Países Baixos (Singer, 1974).

Na Capital, a contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento urbano será evidenciada pela sua participação no crescimento de sua população, de sua estrutura física e do sistema produtivo da cidade. Curral del-Rei, local da nova Capital, era um lugarejo rural 2.000 pessoas em 1890. Com o começo da sua construção, o número de habitantes cresceu enormemente. No final de 1897, por ocasião de sua inauguração, sua população era calculada entre 8.000 a 12.000 habitantes, pessoas vindas das mais diversas regiões do Estado e imigrantes de várias nacionalidades. Daí por diante sua população cresceu de forma acelerada. Assim: em 1900, eram 13.472; em 1906, 17.615; em 1912, 38.822; em 1920, 55.563. Em 1940, Belo Horizonte já era maior cidade do Estado com 211.377, fruto do crescimento demográfico de sua população, mas, sobretudo, pela afluência de novos migrantes (Faria & Grossi, 1982:172). No grande crescimento populacional ocorrido no período, não será possível quantificar a presença de italianos porque os dados disponíveis são poucos e não computados por segmentos. É bem provável que nos primeiros anos sua proporção tenha sido maior, mas em 1920 pelos dados do

censo, percebe-se que sua presença numérica que era pequena. Numa população de 55.563 habitantes, apenas 4.824 eram estrangeiros e os italianos não passavam de 2.571, menos de 4,6% do seu total. (Anastasia, 1990:226). Comentando esses dados, a historiadora Norma Góes Monteiro questionou a visão de que Belo Horizonte tenha sido uma cidade imigrantista, versão difundida pelo governo do Estado à época (1974:166).

No entanto, ao se considerar sua contribuição ao crescimento físico da cidade, sua participação pode ser mensurada de forma mais qualitativa, a começar pela sua presença na formação dos cinco núcleos urbanos da Capital: Carlos Prates, Afonso Pena, Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Américo Werneck. Neles, a nacionalidade predominante era de italianos: 37% em 1900 e 39,7% em 1910 em média, lembrando que os assentamentos eram sempre mistos (Anastasia, 1990:224). No núcleo colonial do Barreiro em 1897, os italianos constituíam a nacionalidade estrangeira mais numerosa. Os lotes urbanos e rurais eram pagos com a venda dos produtos agrícolas, por eles produzidos, ao governo estadual ou por outros ganhos resultantes da prestação de serviços e do trabalho assalariado. A fiscalização da produção e do comportamento do colono e o controle da entrega da produção agrícola eram realizados de forma permanente pelo Serviço de Terras e de Colonização do Estado até a emancipação dos núcleos e o pagamento integral do lote. A não entrega da produção agrícola e a suspensão do seu pagamento implicavam no cancelamento do contrato de compra e venda e sua transferência para outro interessado. O colono recebia, inicialmente, um título provisório de propriedade, podendo tornar-se dono definitivo quando integralizasse seu débito e demonstrasse bom comportamento e respeito à legislação brasileira.<sup>24</sup>

Sua contribuição ao crescimento físico de Belo Horizonte vai se aprofundar, em terceiro lugar, com a autonomização dos núcleos pelo governo do Estado. Por volta de 1916, todos os cinco núcleos coloniais referidos haviam sido autonomizados. Este fato era da maior importância para o colono em termos legais, econômicos e sociais. O núcleo rural, ao deixar de ser assentamento, iniciava sua caminhada para tornar-se bairro da Capital. O colono podia solicitar seu título definitivo de proprietário se a tivesse pago e atendido os demais dispositivos legais. Não era mais obrigado a produzir alimentos para vendê-los ao governo, podendo dedicar-se às atividades econômicas que escolhesse ou que melhor o remunerasse. Em termos econômicos, o colono, ao tornar-se proprietário de dois hectares de terra na Capital, tornou-se dono de um grande patrimônio e, ao administrá-lo, poderia contribuir para o crescimento da urbanização da Cidade pela transformação da sua antiga propriedade agrícola em loteamento urbano. Sua gleba, ao tornar-se urbana, ganhou um valor de mercado significativo por situar-se numa Capital em plena expansão num dos maiores estados do país. Esse valor de mercado seria sempre crescente pela intensa procura e afluência constante de migrantes, pela especulação imobiliária e pelo alto preço dos terrenos na área urbana central que afugentavam grande parte das pessoas que procuravam a cidade para nela residir, obrigando-as a estabelecer-se na zona suburbana porque lá os lotes eram mais acessíveis e vendidos com maior facilidade. O crescimento da área

---

<sup>24</sup> O bom comportamento dos imigrantes italianos era reconhecido e seu desempenho muito bem avaliado, tanto como assalariados (“excelentes trabalhadores”) quanto pela sua contribuição como “elemento colonizador”. Os assentamentos eram sempre mistos, formados por trabalhadores nacionais e por imigrantes de várias nacionalidades. O governo evitava a exclusividade de sua formação por receio de perda de seu controle político interno ou por possíveis riscos à soberania nacional (Góes Monteiro, 1974:76).

suburbana era um desafio constante para a Prefeitura porque a obrigava a fazer investimentos constantes na sua urbanização, dividindo seus recursos escassos entre o centro e a periferia.<sup>25</sup>

Em termos sociais, o colono, ao adquirir o título definitivo de propriedade, podia considerar-se um ser privilegiado. Ganhara a sorte grande em termos de mobilidade social. De camponês e operário pobre e excluído no seu país de origem, tornara-se, em pouco tempo, um proprietário de terra remediado numa Capital em expansão. Tornara-se um morador e cidadão de Belo Horizonte com endereço conhecido e reconhecido. Como tal, podiam desfrutar das melhores oportunidades de trabalho, emprego, negócios, educação e lazer existentes em Minas Gerais no período. Desta forma, em pouco tempo viu seu sonho de vencer na vida duplamente realizado em termos reais e simbólicos. Nada disto dispunham anteriormente na sua terra natal. Felizmente, o Brasil é, ainda hoje, um país onde a mobilidade social é possível tanto para seus filhos que migram das regiões mais pobres para centros emergentes quanto para imigrantes que vêm aqui reiniciar a sua vida.

Em quarto lugar, os imigrantes italianos contribuíram com o crescimento de Belo Horizonte pela produção agrícola e de outros artigos, realizada nos núcleos urbanos. A Capital só poderia crescer e se desenvolver se fosse garantido seu suprimento alimentar. O isolamento de Belo Horizonte das demais regiões e cidades e a existência de um único ramal ferroviário de acesso nas primeiras décadas condicionaram a sobrevivência de seus habitantes à produção local da maior parte dos alimentos por eles consumidos. A importação era demorada e custosa, elevando muito o custo dos alimentos. Por isto, só poderia ser usada em caráter complementar em momentos de carestia quando era absolutamente necessária. Os imigrantes italianos, bons agricultores, desempenharam essa função com muito afinco e competência. O governo, ao organizar os núcleos urbanos, obrigava-se, seguindo disposições legais, a criar a infraestrutura, fornecer ao colono um lote para trabalhar, uma casa, os instrumentos e os animais necessários ao início da produção agrícola. O colono, por sua vez, contribuiu com três tipos de produtos necessários ao consumo dos habitantes da Capital. Pelo primeiro conjunto, eram gêneros alimentícios, como: milho e fubá, batata inglesa e doce, arroz, feijão, cebola, alho, verduras e algumas frutas como uva e abacaxi; pelo segundo, produtos da pecuária: galináceos (ovos), suínos, cabras, gado vacum (leite e derivados) e cavalos para tração animal; por fim, produção de lenha para uso doméstico e industrial, tijolos, telhas e cerâmica destinados à edificação urbana.<sup>26</sup>

Em quinto lugar, examina-se a contribuição dos italianos à construção de Belo Horizonte pela execução de trabalhos gerais, menos qualificados. A construção da nova Capital iniciou no Curral del-Rei, lugar ermo, desabitado e sede de fazenda. Por isto, sua construção teve que começar do nada. Concluídos os levantamentos técnicos relacionados ao Plano Diretor da Cidade, os trabalhos de construção tiveram que iniciar imediatamente em várias frentes: serviços de transporte, abastecimento de água, casas para moradia de operários e técnicos, abertura de ruas e avenidas, obras de arte, edificação dos prédios, produção de alimentos e insumos para construção, tijolos, telhas, trabalhos de alvenaria,

<sup>25</sup> Este dilema aparece com relativa frequência nos relatórios anuais dos prefeitos, obrigados a dividir os poucos recursos entre a urbanização do centro urbano e da periferia (Faria & Grossi, 1982:175).

<sup>26</sup> Para outras informações, consultar: Campoli, 2013:171/78.

com madeira, pedreiras, marmoraria etc. Todas essas frentes de trabalho demandaram levadas e levadas de trabalhadores para executar trabalhos manuais pesados com menor qualificação técnica. Esses trabalhadores eram formados por brasileiros e imigrantes. No desempenho dessas tarefas, o grande destaque foi o trabalhador nacional pelo seu número e dedicação, recrutado em todas as regiões mineiras, especialmente na zona Central. Ele desempenhou à época o papel que o “candango” desempenhou na construção de Brasília. Além do trabalhador nacional, a execução desses trabalhos gerais teve a participação complementar, em menor número, de imigrantes de várias nacionalidades, especialmente de agricultores recém vindos do campo sem outra qualificação.<sup>27</sup> Há centenas de relatos de imigrantes que começaram como ajudantes de pedreiro ou em outras profissões menos qualificadas, tornando-se posteriormente pequenos empreendedores ou conseguindo melhores colocações.

Uma sexta contribuição significativa dos imigrantes italianos à construção da cidade proveio de sua atuação como operários e técnicos especializados. Deve-se lembrar que muitos imigrantes especializados deixaram de se estabelecer em Minas porque as regras de imigração e colonização eram bem restritivas do ponto de vista ideológico e profissional. A seleção dos imigrantes passava por triagem comportamental e ideológica rigorosa, iniciada no seu país de origem pelo Superintendente do governo mineiro que atuava na Europa. Procurava-se evitar, o quanto possível, o recrutamento de imigrantes idosos, condenados por crimes comuns (delitos de sangue, furtos e outros) e com formação ideológica, anarquista e socialista.<sup>28</sup> A política de imigração de Minas foi restritiva nos primeiros anos do ponto de vista profissional, ao permitir apenas o recrutamento de agricultores e ao negar aos artífices os benefícios criados pelo governo para a imigração subsidiada.<sup>29</sup> Com tanta necessidade de mão de obra especializada, agentes do governo davam-se ao luxo de encaminhar artífices para outros estados. Nos anos seguintes, parece que a política de imigração foi flexibilizada um pouco para atender as necessidades de mão de obra especializada da Capital e do interior. Isto quanto à diversificação do recrutamento profissional, mas não quanto ao controle comportamental e ideológico, que permaneceu o mesmo (Góes Monteiro, 1974:70/1).

Os registros dos primeiros imigrantes italianos na construção de Belo Horizonte são de 1894 quando do seu início. Sua contribuição de maior destaque relaciona-se à execução de trabalhos qualificados e especializados. De janeiro de 1896 a 31 de maio de 1897, quando as obras de construção de Belo Horizonte estavam em ritmo acelerado, a “Hospedaria improvisada da nova Capital” recebeu “1.543 operários de nacionalidade predominantemente italiana”, registrou Abílio Barreto (apud Leite, 2012:45). A cidade

<sup>27</sup> A descrição e o reconhecimento dessa participação são bem expostos pela historiadora Góes Monteiro, 1974: 164. A menção à realização desses trabalhos gerais encontra-se em Campoli, 2013: 163/5.

<sup>28</sup> Góes Monteiro fornece duas relações de imigrantes italianos, observados mais de perto pela vigilância policial. Na primeira, são listados 13 italianos condenados por crime comum e na segunda, 37 anarquistas, sem informar se esse controle havia sido feito no exterior ou no país depois de sua chegada (1974: 175/6).

<sup>29</sup> A historiadora Góes Monteiro registrou a existência de vários ofícios escritos por funcionários da Delegacia de Terras e Colonização ente 10 de outubro e 24 de novembro de 1890, que informavam ao Secretário a “transferência de imigrantes especialistas” em outras profissões para outros estados. É claro que havia vozes minoritárias no Congresso Mineiro, como o Deputado Camilo Brito, que defendia uma política de imigração de maior amplitude, que favorecesse: o “povoamento do solo e o desenvolvimento de fábricas de manufaturas, das cidades e a criação de novas povoações” (1974:58).



demandava profissionais das mais variadas especializações: mestres de carpintaria, marcenaria, cantaria, ferraria, funilaria, metalurgia e marmoraria; mestres de obras, pedreiros, carroceiros, pintores, escultores, empresários da construção civil, donos de olarias, comerciantes de ferragens, vidros e outros materiais de construção.<sup>30</sup> Vinda de imigrantes pela migração interna ou pela procedência externa foi constante ao longo do período, tanto para a Capital como para o interior. Em 1910, chegava a Belo Horizonte Pedro Micussi vindo da Itália a convite de seu irmão, Miguel Micussi para trabalhar em sociedade no segmento da construção civil, arquitetura e pintura. Não só permaneceram nessa atividade como abriram com outros sócios a primeira fábrica de tintas da Capital em 1922.<sup>31</sup>

Uma sétima contribuição importante dos imigrantes italianos ao desenvolvimento de Belo Horizonte foi no campo da engenharia, arquitetura, construção civil, decoração e pintura. A demanda desses profissionais era muito grande em Minas. Embora a Escola de Minas de Ouro Preto funcionasse desde 1875, ela só formava nesse período engenheiros de minas. Em 1882, a Escola havia introduzido a cadeira de Estrada de Ferro, Resistências de Materiais e Construção para atender a demanda desses profissionais com a expansão da ferrovia (Carvalho, 2002:58). A partir de 1891, passou a graduar engenheiros civis num curso de oito anos de duração. Em 1894, quando iniciou a construção de Belo Horizonte não havia nenhum engenheiro civil formado no Estado. A maioria dos engenheiros brasileiros era formada na Escola Militar, transformada em Escola Politécnica no Rio de Janeiro. Por isto, na construção de Belo Horizonte, o governo mineiro teve que recorrer aos profissionais de outros estados. Contratou o engenheiro Arão Reis, que era maranhense e formado pela Politécnica para fazer os levantamentos necessários e elaborar o plano geral para sua construção. Sua formação era positivista, o que atendia aos sonhos dos republicanos mineiros (Carvalho, 2005:64).

Na ausência de profissionais brasileiros especializados neste campo, entram em ação os imigrantes portadores dessas novas expertises entre eles, os italianos. Um dos primeiros que se tem registro foi Carlo Antonini, engenheiro italiano, construtor e empreiteiro. Ele havia prestado serviços relevantes ao país na construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá de 1880 até sua finalização. Nos primeiros anos de 1890, Antonini atuava no Rio Grande do Sul como subempreiteiro da firma Drummond e Passos na construção de um trecho da Ferrovia que ligava Bagé a Uruguaiana.<sup>32</sup> Em 1894, transfere-se para Belo Horizonte para atuar na construção da Capital. Foi responsável, entre outros projetos, pela construção do Palácio Presidencial, o atual Palácio da Liberdade.

---

<sup>30</sup> Biasutti et al. mencionam a vinda de um “sem número de artífices, calceteiros, pintores, serralheiros, pintores e, lato sensu, trabalhadores braçais italianos” contratados por agentes do governo mineiro no Espírito Santo para trabalhar na construção da nova Capital, (2003:79). Para outros registros da vinda desses imigrantes italianos, como profissionais especializados, consultar: Leite, 2012:46-50; Campoli, 2013: 161/9 e Biasutti et al, 2003.

<sup>31</sup> São inúmeros esses relatos de imigrantes italianos que vieram para Minas para trabalhar nas cidades do interior ou na Capital. Eles têm sido colhidos por trabalhos de cunho monográfico e biográfico. Eles são da maior importância para avaliar a contribuição dos imigrantes ao desenvolvimento mineiro: Ciscotto Filho, 2015; Mourão, 2004; Couto, 1992; e trabalhos de mais amplo fôlego, como: Biasutti et al, 2003; Leite, 2012 e Campoli, 2013.

<sup>32</sup> A firma era do mineiro Barão de Drummond de Itabira e do engenheiro, Francisco Pereira Passos, futuro Prefeito do Rio de Janeiro (1902 a 1906).

Trabalhava em parceria com outros construtores empreiteiros, Leonardo Gutierrez e Antônio Teixeira Rodrigues, Conde de Santa Marinha (Giannetti, 2015:115 e 135). Além desse empreendimento, Carlo Antonini tornou-se empresário do ramo da construção civil e fundou a Cerâmica Horizontina que, por volta de 1913, operava com 70 operários<sup>33</sup> Outro engenheiro italiano, que se destacou à construção da Capital, foi Adolfo Radice. Ele foi contratado pela Comissão Construtora para fazer o levantamento fotográfico do início da sua construção em 1894 e análises geológicas de solo para a construção de vários edifícios públicos. Foi um dos responsáveis pelas obras de abastecimento de água (Leite, 1012:55). Ainda neste campo da construção civil, deve-se lembrar a atuação de Agostino Marini e dos irmãos Paulo e Ítalo Gaetani. Agostino morava em Ouro Preto e transferiu-se para Belo Horizonte em 1894. Foi tipógrafo da Comissão Construtora da nova Capital. Trabalhou, também, na construção da rede de água e de esgoto, na abertura e nivelamento de ruas e na edificação de prédios e casas residenciais. Paulo e Ítalo Gaetani fundaram a Construtora Castor Ltda. para atuar no ramo da construção civil desde os primeiros anos do século XX (Biasutti et al, 2003:160 e 164). Por fim, será necessário lembrar a participação nessa empreitada de imigrantes de outras nacionalidades, fazendo-se destaque a dois portugueses: Francisco Soucasaux, empresário e construtor e o engenheiro-arquiteto Francisco Camarate (Giannetti, 2015:144/5).

Ainda no ramo de construção civil vale destacar o trabalho de vários artistas italianos no campo da decoração, acabamento e pinturas dos prédios do governo de Minas. Esses artistas eram quase todos estrangeiros que residiam e prestavam serviços no Rio de Janeiro. Em Minas não se dispunha dessa mão de obra especializada e a única saída para a Comissão Construtora era contratá-la na Capital federal. Em 1896, o governo por intermédio do engenheiro-chefe, Francisco Bicalho, contratou o artista alemão, Frederico Antônio Steckel, para executar as obras de acabamento do Palácio da Liberdade em 1897 e das Secretarias do Interior, de Finanças e da Agricultura em 1898. Aqui estabelecido, Steckel, requisitava em janeiro de 1897, a contratação de 10 oficiais pintores do Rio de Janeiro para trabalhar no seu acabamento e na decoração dos edifícios, objetos de seu contrato (Giannetti, 2015:115/17). Como a demanda por esses trabalhos era grande no setor público e privado, havia mercado para artistas estrangeiros italianos, portugueses, franceses e espanhóis entre outros, aqui estabelecidos. Vale lembrar o trabalho do arquiteto-paisagista francês, Paul Villon, que foi o principal responsável pelos projetos paisagísticos do Parque Central e da Praça da Liberdade (Giannetti, 2015:134/5).

Em oitavo lugar, deve-se mencionar a contribuição dos imigrantes (entre eles os italianos) e de mais trabalhadores em mais dois aspectos promotores da urbanização: a implantação de distritos industriais no campo empresarial e dos bairros e das vilas operárias. A decisão da transferência da nova Capital não se resumia à implantação de uma

---

<sup>33</sup> Para estas e outras informações, consultar: Giannetti, 2015: 115 e 135 e Couto, 1992:24, 36 e 40. Com o falecimento de Carlo Antonini, a Cerâmica Horizontina foi herdada e passou a ser gerida por Guerino Antonini e por Pietro Giannetti. Foi Carlo Antonini o responsável pela vinda de seu cunhado, Pietro Giannetti, casado com sua irmã, Tereza Antonini Giannetti. Pietro veio para trabalhar com Carlo na construção da Ferrovia Bagé a Uruguaiana e mudou-se com a família em 1913 para Belo Horizonte por ocasião do falecimento de seu cunhado Carlo. Em BH, tornou-se empresário de cerâmica e depois de ferro-gusa. (Couto, 1992:23, 24 e 35). Biasutti et al refere-se à participação posterior de Arthur Savassi nesse empreendimento, outro imigrante italiano que se transferiu de Barbacena para a Capital (2003:167).

cidade apenas administrativa. O governo mineiro e a prefeitura de Belo Horizonte sempre pensaram e procuraram viabilizar o desenvolvimento da economia urbana e industrial. Inicialmente, o setor industrial foi implantado ao redor da estação ferroviária, voltado à produção de insumos para a construção: serrarias, marcenarias, carpintarias e outras pequenas oficinas. No início do século XX, o setor industrial foi deslocado para o bairro Barro Preto ainda dentro da Avenida do Contorno onde se estabeleceram outras indústrias de transformação, oficinas e empresas de serviços e para a área suburbana e para as colônias agrícolas.

Nesse mesmo bairro, foi fundada a primeira vila operária da Capital para atender os operários especializados, donos de oficinas e prestadores de serviços, imigrantes italianos em sua grande medida. A Prefeitura, para implantar o setor industrial e a vila operária, teve que alterar os dispositivos legais criados pelo plano originário da Comissão Construtora da Capital, transformando o Barro Preto, de bairro urbano à área suburbana. Com o crescimento da Capital e das demandas do setor produtivo e empresarial, a primeira vila operária foi, por sua vez, se expandido para a zona suburbana, criando outros bairros operários: Prado e Calafate, no sentido leste em direção à estação ferroviária da Gameleira; e os bairros Carlos Prates, Lagoinha e Santa Efigênia, em sentido norte.<sup>34</sup>

Além disso, a Prefeitura fez suas primeiras intervenções cirúrgicas, deslocando os trabalhadores mais pobres que se haviam abrigado nos canteiros de obra no centro, deslocando-os à força para a periferia. O Prefeito, Bernardo Pinto Monteiro, em seu relatório de 1902, considerava ter “limpado” o centro urbano, ao informar que havia removido 2.000 pessoas que habitavam cerca de 600 “cafuzas” no lugar denominado “Leitão” e 300 no lugar que se chamava “favella”. Dez anos mais tarde, o Prefeito Olinto dos Reis Meirelles fazia outra intervenção, reportada no seu relatório de 1912: “Será sempre preferível uma população menos numerosa na área urbana, porém, saudável e cercada de todas as garantias de higiene... a vermos mesmo no coração da cidade verdadeiros bairros chineses, habitat predileto de todas as moléstias infecto-contagiosas...”(apud (Faria & Grossi, 1982:175 e 182). A formação de favelas nas áreas periféricas também faziam parte do crescimento urbano da Capital. Os programas de urbanização das favelas executados ou em execução é mais uma promessa de dar aos seus moradores condições de vida digna, ainda na atualidade.

Por fim, a contribuição dos imigrantes italianos ao crescimento urbano pela sua participação no mercado imobiliário. Investir neste setor continua a ser um grande negócio ainda nos dias de hoje. Muitos empresários brasileiros ou de origem imigrante, que nele atuam, têm prosperado muito bem. Os imigrantes italianos, que atuaram neste mercado, fizeram pequenos, médios ou grandes negócios. No primeiro caso, menciona-se o destino de parte de um terreno de assentamento agrícola para uso residencial. Torquato Panicali, ao chegar da Itália, estabeleceu-se, inicialmente, em Juiz de Fora. Ao transferir-se para Belo Horizonte, dedicou-se ao fabrico de móveis, passando depois ao comércio de alimentos e restaurante para, finalmente, abrir sua fábrica de pregos, “A Persistente”, designação sugestiva a indicar a luta travada contra os concorrentes que não desejavam vê-la implantada. Com os recursos acumulados, adquiriu uma chácara no antigo núcleo colonial do Carlos Prates, transformado em Bairro à época, e lá construiu a Vila Panicali para ser

---

<sup>34</sup> Para essas e outras informações: Faria & Grossi, 1982; Carvalho, 2005 e Leite, 2012.

residência sua e de familiares (Leite, 2012:49). A descrição do caso é indicadora do destino dos terrenos dos antigos assentamentos e reveladora do funcionamento do mercado imobiliário a partir de sua transformação em loteamentos urbanos.

Como referência de um grande investimento urbano relata-se a participação de italianos e descendentes no desenvolvimento urbano de classe média alta na região da Pampulha, iniciativa do empresário e engenheiro, Américo Renê Giannetti, com sua Imobiliária Mineira S/A. Em 1934, no exercício da Presidência desta empresa, adquiriu uma “extensa gleba de terras” na região da Pampulha que compreendiam cinco fazendas: Córrego do Nado, Lagoa, Olhos d’Água, Curral dos Borges e Olaria. Feito um levantamento topográfico preliminar, percebeu que o local oferecia condições excepcionais para a criação de uma grande lagoa, não existindo em Belo Horizonte nenhuma bela natural semelhante. Por volta de 1936, procurou o então Prefeito Negrão de Lima, sugerindo-lhe o projeto e mostrando as possibilidades técnicas de realização desse grande empreendimento. Na ocasião, prometeu-lhe que, se a Prefeitura construísse a barragem e demais vias de acesso ao redor da lagoa, sua empresa faria a doação da quantidade de terreno que fosse necessária à sua construção. Em 1938, a prefeitura construiu a barragem e iniciou a urbanização da área. Nascia, assim, a idéia da Lagoa da Pampulha. Américo R Giannetti, na qualidade de Presidente da Imobiliária Mineira S/A, cumpriu sua promessa nesse mesmo ano e transferiu ao poder municipal em escritura pública 471.800m<sup>2</sup> para viabilizar a implantação do novo projeto (Couto, 1992:155/6).

A partir de 1941, o novo Prefeito Juscelino Kubistchek, filho de imigrantes, iniciou a construção do Conjunto Arquitetônico da Pampulha com Niemeyer, Portinari e Burle Marx e dos prédios modernistas que o formam: o Cassino, o Yate Tênis Clube, a Igreja e a Casa do Baile. Hoje, o Conjunto é o grande cartão postal da Cidade, além da Praça da Liberdade. Essa obra monumental tem projetado Belo Horizonte em termos nacionais e internacionais. Foi inspiração para a construção de Brasília, outra obra monumental modernista. O Conjunto Arquitetônico da Pampulha tem sido considerado uma obra visionária atribuída ao saudoso Presidente Kubistchek. Poucos sabem que, na sua origem, há a idéia de outro visionário que, ao sugerir a construção da Lagoa da Pampulha, idealizou a implementação de um grande projeto imobiliário, bilionário pelos recursos que mobilizou e ainda gera. Ainda durante a execução das obras da Lagoa, a Imobiliária Mineira organizou o primeiro loteamento de luxo, o Bairro Jardim Atlântico, com 900 lotes de 1.000m<sup>2</sup>, constituído de três seções com lançamentos distintos. Esse foi apenas um dos loteamentos planejados e lançados. Em 1957, os herdeiros de Américo Giannetti, que o sucederam na direção da Imobiliária Mineira, doaram em escritura pública uma área de 36.780m<sup>2</sup> ao Cruzeiro Esporte Clube para que fosse construída sua Sede Campeste em atendimento à família cruzeirense.<sup>35</sup> Eles cumpriram outra promessa do seu fundador que, além de um ato de generosidade, teve outro insight visionário de longo alcance: a promessa de doação foi feita quando a obra monumental da Pampulha estava em construção. Pela ótica empresarial, esta era mais uma garantia de viabilização de seus projetos imobiliários, transformando a região numa área residencial de alto luxo e valorizando seus investimentos iniciados em 1934. É claro que a doação ao clube tinha

---

<sup>35</sup> Para estas e outras informações, consultar: Couto, 1992:155/6. É bem provável que este tenha sido um dos maiores e melhores investimentos imobiliários já realizados na Capital.

também um significado simbólico e afetivo muito importante. O Cruzeiro Esporte Clube foi criado em 1920 com o nome de “Palestra Itália” pelos imigrantes italianos. Era seu time do coração. O Cruzeiro Esporte Clube foi outra grande contribuição dos italianos para a expansão do entretenimento e do lazer na Capital. Outra iniciativa com grande repercussão em Minas, no Brasil e no mundo por sua contribuição ao desenvolvimento do futebol como esporte local, nacional e internacional.

## 7. Industrialização e Sociedade Industrial

Na análise da contribuição dos italianos ao desenvolvimento industrial de Minas dar-se-á destaque a quatro aspectos principais: sua participação na fundação de empresas comerciais, de indústrias, no crescimento da sociedade industrial e na alteração de sua estrutura social. Sua contribuição deverá contemplar algumas cidades do interior e a Capital. Essa contribuição pode ser considerada pioneira, complementar e concomitante. Será pioneira quando os imigrantes tomam a iniciativa ou lideram o processo de industrialização. Será complementar quando eles participam e contribuem com seu desenvolvimento, não sendo seus iniciadores nem seus agentes principais. Será concomitante quando o processo de industrialização foi desencadeado com sua presença e por sua participação, mas dividindo sua implantação com outros empresários nacionais e estrangeiros.

A industrialização do Brasil iniciou na segunda metade do século XIX e sua implantação processou-se por “substituição de importações”, começando pelo setor de bens de consumo não durável. Em Minas, o processo de industrialização iniciou pelo interior. O primeiro surto ocorreu em Juiz de Fora na Zona da Mata a partir de 1860. O processo está relacionado à expansão da cafeicultura, ao estabelecimento dos primeiros imigrantes germânicos e da sede da empresa em Juiz de Fora e à abertura da Rodovia União e Indústria, ligando esta cidade a Petrópolis. Como consequência, Juiz de Fora tornou-se o maior entreposto comercial de exportação e importação de Minas Gerais que serviu à Zona da Mata e à região Central por ser a única via de ligação com o Rio de Janeiro. Tornou-se o principal pólo fabril e assim permaneceu até 1940. O grande crescimento industrial de Juiz de Fora foi estimulado, posteriormente, pela modernização dos transportes ferroviário e rodoviário na região, pela fundação de dois bancos comerciais e pela criação da primeira hidrelétrica da América do Sul, fornecendo luz para os domicílios e iluminação pública e energia para o funcionamento do setor produtivo.<sup>36</sup> Outros surtos industriais de menor monta ocorreram na região central e norte com a implantação de modernas indústrias de tecidos localizadas no interior para aproveitar a energia hidráulica como força geradora. Sua produção competia com o tecido artesanal e com o importado. O pioneirismo dessa iniciativa cabe à Família Mascarenhas, ao criar a Fábrica do Cedro em 1872, a primeira indústria moderna de Minas e a Fábrica da Cachoeira em 1875. Em 1883, esses empresários aprovaram a fusão das duas indústrias,

---

<sup>36</sup> Para uma descrição dessas iniciativas e do processo de industrialização de Juiz de Fora e seu crescimento até 1930, consultar: Giroletti, 1980 e 1988.

dando origem à Companhia Cedro e Cachoeira S/A, a primeira sociedade anônima de Minas.<sup>37</sup>

Na análise da contribuição dos italianos ao desenvolvimento industrial de Minas, inicia-se pelo interior com a menção a três cidades importantes: Ubá na região Leste, Poços de Caldas no Sul e Juiz de Fora na Zona da Mata. Por fim, Belo Horizonte. Em Ubá, a primeira leva de imigrantes italianos veio espontaneamente antes de 1888. Eram comerciantes e artífices vindos do Sul da Itália e se estabeleceram no núcleo urbano, contribuindo com o crescimento da cidade e dos setores, secundário e terciário. Entre os comerciantes, destacam-se: Felício Rocco (hotelaria), Francisco A de Felipe (cereais), José A. Cavaliere e Paulo Stanziola (fumo), Nicolau Peluso (casa comercial), José e João Vallone (tecidos e armarinhos), Giacomo Lanzilotti (Bazar), José Brando (padaria e armazém de secos e molhados), José Barletta (armarinhos e secos e molhados) entre outros. No ramo manufatureiro: José Fiscina Rocco (ourivesaria), José Giaccoia e Pedro Caiaffa (funilaria), Braz Brando, José A Lamarca e João Guilhermino (caldeireiros), Antônio Pazienza (tanoeiro), Rafael e Francisco Lauria e João Perilo (alfaiataria), Caetano Balbi (pedreiro), Rafaele Cittadino (indústria de carroças) entre outros.<sup>38</sup>

Ubá recebeu mais duas levas de imigrantes italianos: algumas dezenas vieram para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Leopoldina; centenas, procedentes no norte da Itália, estabeleceram-se nas fazendas de café do município e região. Posteriormente, muitos deles migraram para a Cidade, contribuindo com a diversificação de sua economia. Dois empresários começaram sua vida profissional como agricultores e foram bem sucedidos na economia urbana. Membros da família Lauria investiram na indústria do açúcar. Luigi Fusaro com sua família iniciou sua vida profissional como meeiro em duas fazendas de café. Depois de acumular alguns recursos, migrou para Ubá onde abriu uma padaria, logo ampliada com um armazém de produtos alimentares. Antônio, um dos filhos, organizou em seguida uma casa de crédito. Mais tarde, fundou uma fábrica de bebidas com a denominação de Sociedade Antônio Fusaro & Cia.<sup>39</sup> Ubá é um dos centros moveleiros mais importantes de Minas Gerais. Pensando a história pela perspectiva da longa duração, será impossível não estabelecer sua vocação industrial no presente com o espírito empreendedor dos primeiros imigrantes italianos, que lá iniciaram o processo de industrialização.

Poços de Caldas contou com a contribuição dos imigrantes italianos na expansão e na diversificação de sua economia. Lá, os primeiros imigrantes italianos vieram de São Paulo e, em seguida, da própria Itália, mantendo-se seu fluxo até o fim do período. Novamente, uma parte foi trabalhar nas fazendas cafeeiras como assalariados, mas boa parte iniciou sua vida profissional na cidade, contribuindo para a expansão da estrutura urbana e do setor de serviços e da indústria. Dedicaram-se ao comércio (imóveis, hotelaria, restaurantes, padarias) e ao setor de serviços (alfaiates, barbeiros, carpinteiros, mestres de obras, cozinheiros, garçons etc.). Na parte manufatureira, destacam-se as famílias, Risola, De Simone e Tramonte, na fabricação de manteiga, queijos, mozzarella e outros

---

<sup>37</sup> Para outras informações sobre essas iniciativas, consultar: Mascarenhas, 1952; Mascarenhas, 1972; Giroletti, 1987 e 2000 e Vaz, 2005.

<sup>38</sup> Para estas e outras informações, consultar: Biasutti, Loss & Loss, 2003: 126-134;

<sup>39</sup> Campoli, 2013:156/7.

derivados do leite; a família Marcon fundou a Sociedade Vinícola Marcon Ltda. para a produção de vinho; Mario Seguso, originário de Murano (Veneza), introduziu a indústria de vidros na cidade, ao organizar a Cristaleira Artística Cà D'Oro para produzir objetos de decoração que se mantém até hoje. Esta iniciativa estimulou a produção de outros utensílios de vidro usados no engarrafamento de leite, conservas, vinho e outras bebidas. O crescimento de Poços de Caldas iria beneficiar-se, posteriormente, com o desenvolvimento do turismo dado sua proximidade com São Paulo, a descoberta de águas termais e a oferta de bons serviços de hotelaria, restaurantes e outros. O turismo, por sua vez, favoreceu a ampliação do setor de serviços existente na cidade. Outros processos semelhantes teriam ocorrido em outras cidades da região como: Pouso Alegre, Ouro Fino e Itajubá.<sup>40</sup>

Em Juiz de Fora, a participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento urbano e industrial foi complementar porque esse processo já havia sido desencadeado quando de sua chegada, mas mesmo assim sua contribuição ao processo de diversificação de sua economia foi muito significativa no comércio, no artesanato e na indústria. No primeiro, atuaram no comércio de gêneros alimentícios, tecidos, armarinho, sapatos, móveis etc. No campo artesanal, organizaram: alfaiatarias, sapatarias, funilarias, padarias, barbearias, pedreiros, pintores, latoeiros, vidraceiros e produção de objetos decorativos em gesso, estuque, ferro e madeira para residências, prédios públicos e igrejas. A terceira foi no campo industrial: fabricação de produtos alimentícios (pães, biscoitos, massas, conservas, manteiga, queijos etc.) e de bebidas, móveis, calçados, serrarias, marcenarias, carpintarias, olarias, serralherias, marmorarias e objetos de couro, fogos de artifícios, de carroças e etc.

<sup>41</sup> Sua maior presença foi no ramo de construção civil. Menciona-se o trabalho dos seguintes arquitetos e construtores italianos na cidade: Luigi Perry, José Scarlatelli, José Sagantini, Antônio Spinelli, Umberto Ciampi, Ferruccio Sangiorgi e Pedro Timponi. O maior destaque no campo industrial foi o empresário Pantaleone Arcuri. Ele iniciou sua vida profissional como pedreiro autônomo. Em 1895, associou-se a Antônio Spinelli, formando a firma Pantaleone Arcuri & Spinelli. A firma era equipada com serraria, carpintaria, marcenaria, ferraria, serralheria e um depósito de material de construção. “Em 1905, ampliou a sua indústria com a montagem de uma moderna fábrica de mosaicos e de ladrilhos hidráulicos. Em 1909, anexou-lhe outra de telhas de cimento e amianto (Cimianto), pioneira no gênero no Brasil. Em 1908, tinha um capital de 170 contos e empregava 156 operários. Em 1914, passava para 200 operários” (Giroletti, 1988:78). Em 1919, a empresa foi ampliada com a incorporação de outros sócios e transformada em sociedade anônima com a designação, Companhia Industrial, Comercial e Construtora – Casa Pantaleone Arcuri.<sup>42</sup>

Em Belo Horizonte, a participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento comercial e industrial da Capital foi concomitante ao envolvimento de outros empresários nacionais e estrangeiros no mesmo processo e ao fazer juntos, lembrando que a construção de uma cidade ou país é sempre uma obra coletiva sem nenhum demérito às iniciativas

<sup>40</sup> Para relação bem completa das famílias de imigrantes italianos em Poços de Caldas, consultar: Biasutti et al, 2003, 147-51 e 429-440; Campoli, 2013, 151-54 e 158.

<sup>41</sup> Não há espaço para nomear todos os imigrantes italianos que participaram do desenvolvimento do comércio, serviços e no campo industrial de Juiz de Fora. Para os interessados, há uma relação bem completa dessa participação até 1915 em: Esteves, 1915:281-296; em complemento, ver: Biasutti et al, 2003:115-127.

<sup>42</sup> Para outras informações: Esteves, 1915 e Biasutti, et al., 2003.

individuais. Com base no que foi realizado e implementado, a avaliação da atuação dos empresários e prestadores de serviços deve estar estritamente conectada às necessidades e às oportunidades concretas existentes na sociedade à época e às demandas crescentes no campo comercial, em serviços e no setor manufatureiro e industrial numa Capital em expansão. A contribuição dos imigrantes italianos no campo industrial será analisada pela sua participação na diversificação do comércio, construção civil, setor fabril, gestão pública e na formação da sociedade industrial.

No âmbito comercial, dedicaram-se à comercialização de gêneros alimentícios, tecidos, armarinho, sapatos, móveis, mas principalmente no fornecimento de material de construção, ferragens, vidros e outros. Aqui será feita menção a dois empreendimentos maiores organizados pelas famílias Falci e Gaetani. Aleixo Falci migrou para o Brasil no final do século XIX, estabelecendo-se no Rio de Janeiro onde montou uma loja de ferragens. Percebendo as novas oportunidades que a construção da Capital oferecia, transfere-se para Belo Horizonte e organiza uma casa de ferragens e materiais de construção, Casa La Bella Venezia, localizada no centro da Cidade. Com a expansão do negócio, incorpora à sociedade seu filho Antonio, que atuava no Rio, e criam a Casa América. Posteriormente, Casa Falci que se mantém até hoje. Francesco Gaetani começou sua vida profissional como empregado da Casa Falci. Com a experiência, conhecimentos e recursos acumulados, organizou, posteriormente, a empresa Gaetani & Cia para atuar no comércio de ferragens e material de construção na região central (Biasutti et al, 2003:160).

A construção civil era a grande demanda para o setor manufatureiro e industrial, originando a organização de serrarias, marcenarias, carpintarias, olarias, serralherias, marmorarias, fábrica de carros e de carroças e etc. Na fabricação de cerâmica, mencionam-se algumas famílias: Antonini, Pezzi, Savassi, Simoni entre outras, mas o destaque vai para o empresário Paulo Simoni. Ele chegou ao Brasil em 1882, tendo migrado para várias cidades antes de se estabelecer, definitivamente, na Capital em 1908. Fundou a Serraria Horizontina e a Cerâmica Santo Antônio com a denominação legal de Estabelecimento Industrial Mineiro. Em 1941, mudou sua razão social para Indústrias Reunidas Paulo Simoni Ltda., chegando a empregar 250 operários (Biasutti et al, 2003:172). No ramo de serralheria, fundição, fabrico de carroças e telas e outros produtos a menção vai para algumas famílias: Purri, Magnavacca, Mucelli, Chiari, Cavazza e Panicalli (com sua fábrica de pregos).

No campo industrial, os imigrantes italianos organizaram empreendimentos em diversos ramos: alimentos, bebidas, móveis, calçados, têxteis, perfumaria e outros. Atenção especial deverá ser dada às indústrias de alimentos e de bebidas pela quantidade e variedade de empreendimentos, com proeminência das panificadoras, indústrias de massas alimentícias e restaurantes. Biasutti et al mencionavam a fundação de cerca de 70 padarias localizadas no centro urbano e na periferia, à medida do crescimento urbano. Principais famílias com atuação no setor, por ordem alfabética: Antonucci, Boschi, Bruneta, Calicchio, Cecchini, Costa, Del Prete, Granata, Grimaldi, Guerra, Ianni, Ioni, Martini, Menin, Munti, Peluso e outras. A mais famosa delas foi a padaria Savassi, localizada na zona sul. Foi tão conhecida e popular que se tornou denominação de um bairro comercial de classe média alta na zona sul da Cidade. No ramo de bebidas, dois empreendedores: Guido Fracarolli e Carlo Fornaciari & Filhos com sua fábrica de cerveja, refrigerante e de gelo. No processamento de carnes, o Frigorífico Perella. O destaque no ramo alimentício



vai ao empreendimento, Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A, que cresceu muito, ao transferir sua planta industrial de Belo Horizonte para a cidade industrial de Contagem. Os produtos VILMA ganharam o mercado nacional e a firma aumentou sua popularidade ao tornar-se apoiadora do Cruzeiro Esporte Clube (Biasutti e al, 2003:166). Uma segunda atenção vai para algumas iniciativas que podem ter sido o embrião da indústria da moda que tem projetado Belo Horizonte em termos nacionais e internacionais. Nasceram como pequenos empreendimentos à época: a Cia Minas Fabril, uma indústria de malhas organizada por Cesar Braccer, Dolabella Portella e Adolfo Braga; no ramo calçadista, duas fábricas, a de Miguel Terlizzi fundada em 1913 e a outra por Atílio Caetano Grosso com a grife, San Marino, hoje conhecida nacionalmente. Em 1917, Victório Marçolla fundou uma fábrica de sabonetes, perfumes e produtos de beleza, ganhando projeção nacional.<sup>43</sup>

Na análise da expansão industrial, devem-se mencionar duas iniciativas importantes que muito a estimularam o seu desenvolvimento: o fornecimento de energia elétrica como força motriz, facilitando a implantação de novas plantas fabris, ao reduzir seus custos e ao facultar sua localização nas cidades com acesso ao mercado consumidor, aos meios de transporte e a outros serviços e à mão de obra qualificada. No campo dos sérvios, deve-se lembrar a expansão dos correios, do telégrafo e do telefone. A segunda iniciativa foi a criação de incentivos fiscais a partir do início do século XX para estimular o desenvolvimento industrial.<sup>44</sup> Em Belo Horizonte, os incentivos às novas indústrias foram mais amplos porque o governo do estado e a prefeitura sempre se preocuparam desde sua fundação em agregar ao centro administrativo as funções de pólo econômico e industrial. Em 1902, o Vice-Presidente do Estado pelo Decreto 1516 de 2 de maio, criou incentivos para o estabelecimento de novas indústrias na Capital desde que seu capital fosse igual ou superior a 20 contos. Os novos empreendimentos recebiam um terreno para localização da nova planta na região suburbana, energia elétrica gratuita e isenção de impostos por um período de cinco anos. No relatório da prefeitura de 1912, o Prefeito Olinto dos Reis Meireles relatava o sucesso dessa medida ao anunciar a criação de 23 novas indústrias que haviam se beneficiado dos referidos incentivos, sendo: três no setor têxtil, sete no madeireiro e não metálico, três no metalúrgico, quatro no alimentício e seis em ramos diversos. O resultado desse empenho do governo de Minas em prol da modernização do Estado, da política de imigração e de colonização e do envolvimento de empresários e trabalhadores nacionais e estrangeiros refletiu-se no crescimento industrial de Belo Horizonte. No relatório de 1912, o prefeito informava que o parque industrial da cidade era formado por 91 estabelecimentos fabris, assim discriminados: 28 de indústria alimentícia, 36 de vestuário, 11 de minerais não metálicos, 7 de madeira e 11 de ramos diversos (Faria & Grossi, 1982:178/9).

Por fim, será preciso fazer uma menção a alguns empreendedores italianos e seus descendentes pela sua contribuição ao desenvolvimento siderúrgico, um setor vital à sua diversificação industrial e à substituição de importações. O destaque será dado a Pietro Giannetti e seu filho, Américo Renê Giannetti. Pietro imigrou para o Rio Grande do Sul em 1895 para trabalhar com seu cunhado, o engenheiro Carlo Antonini, responsável pela

---

<sup>43</sup> Para outras informações, consultar Biasutti et al, 2003 e Leite, 2012.

<sup>44</sup> Para uma análise dos estímulos dados a implantação de novas indústrias em Juiz de Fora, consultar: Giroletti, 1988:117.

construção da Ferrovia Bagé a Uruguaiana. Em 1913, com a morte de seu cunhado, muda-se para Belo Horizonte para administrar o espólio de Carlo Antonini, em nome de sua esposa Tereza Antonini Giannetti. Com os recursos herdados e com a venda de sua participação na Cerâmica Horizontina, organiza uma indústria de ferro-gusa em sociedade com o engenheiro Joseph Gespacher na cidade de Rio Acima, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Desfeita sua parceria, funda sua própria indústria, o Alto Forno Pedro Giannetti (Couto, 1992: 41 e 60). Em 1923, Pietro, depois de passar a gerência da usina de ferro-gusa ao seu filho engenheiro Américo Renê Giannetti, organizou uma fábrica de papel que funcionava no Bairro Carlos Prates (Couto, 1992:72). O grande empreendedor da família foi Américo Renê Giannetti. Nesse mesmo ano, depois de formar-se em Engenharia em Outro Preto, assumiu a gerência do empreendimento familiar, tratando de ampliá-lo e modernizá-lo. Em 1931, ao assumir o comando do empreendimento como dono, Américo Giannetti transformou a empresa familiar em Metalúrgica Santo Antônio S/A, anexando-lhe uma fundição além da produção de ferro-gusa. Em 1933, depois de regressar de uma viagem de seis meses de estudos na Itália com toda a família, iniciou a montagem de uma pequena usina hidrelétrica em Rio Acima, a Mingu, inaugurada em 1935, com a potência de 600 HP.<sup>45</sup> Participou, em seguida, da organização de outros empreendimentos, dando evasão à sua capacidade empreendedora. Além da Companhia Mineira de Estradas S/A, criada em 1928, e da Imobiliária Mineira S/A, participa da fundação de mais três empreendimentos: Fábrica de Papel Cruzeiro S/A, Cerâmica Santo Antônio, e a Eletro Química Brasileira S/A, situada em Ouro Preto (Couto, 1992:75). Envolve-se, a pedido do governo brasileiro no período da Segunda Grande Guerra, na implantação da indústria brasileira de alumínio considerada pelo Presidente Vargas e pelo exército brasileiro como setor estratégico ao desenvolvimento e à segurança nacional. Conseguiu implantar a primeira fábrica de alumínio, a Saramenha em Ouro Preto, enfrentando todas as dificuldades sabidas da “criativa” burocracia brasileira, com equipamentos americanos e com empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil. A nova fábrica entrou em operação no início de 1946. Terminada a Guerra, sofreu “dumping” das empresas americanas e canadenses que inundaram o mercado brasileiro de alumínio a baixo preço. Américo Giannetti empenhou-se junto ao governo brasileiro para transformá-la em empresa de economia mista em formato de sociedade anônima, mas sem apoio nem comprometimento dos Presidentes Dutra e Vargas que o incentivaram tanto para criá-la em nome da segurança nacional. Com a fábrica parada e com o aumento dos juros dos empréstimos, obrigou-se a passar seu controle acionário à empresa canadense, Aluminium Limited (Alcan), em 1951, sem assumir o passivo dos empréstimos junto ao Banco do Brasil.<sup>46</sup>

Em 1947, Américo Renê Giannetti dará uma contribuição significativa à modernização da gestão pública em Minas Gerais. Ao assumir a Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, a convite do Governador de Minas, Milton Campos, sua primeira iniciativa foi coordenar a equipe que elaborou primeiro plano de governo de Minas Gerais, o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”.

---

<sup>45</sup> Hoje, a área onde se situavam a indústria foi transformada em condomínio de luxo e os equipamentos e a velha hidrelétrica estão preservados.

<sup>46</sup> Para discussão dessa batalha para a implantação da indústria do alumínio no Brasil, consultar: Couto, 1992 e Diniz, 1981.

A grande inovação foi tê-lo proposto e realizado, reconhecendo a importância do planejamento para uma administração pública eficiente que atendesse em suas palavras: “os legítimos reclamos do povo”. Com o novo Plano, objetivou-se não só dar combate ao quadro de estagnação econômica, mas impulsionar novamente o desenvolvimento mineiro, colocando-o em outro patamar. Na nossa reconstrução desse processo, não deixa de ser curioso que o diagnóstico do Plano de 1947 centrava-se novamente no “atraso” da economia mineira e na necessidade de sua superação, passados 58 anos da proclamação da República, e 43 anos do primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. O tema do atraso econômico mineiro foi central em 1889 e em 1903 e continuava sendo em 1947. É claro que a realidade econômica mineira era outra por suas necessidades, propósitos e propostas. Assim, a ênfase na modernização dos transportes passara da ferrovia para o modal rodoviário. O Plano teve o mérito de eleger a falta de energia elétrica como o fator estrangulador do crescimento industrial mineiro e de haver adotado as primeiras providências para superá-la. O Plano de 1947 teria desdobramento no Governo Kubitschek (1951-56), quando adotou o binômio – energia e transporte – como os dois eixos centrais do seu programa de governo. Para superar a falta de energia foi criada a CEMIG em 1952 que se encarregou de equacionar problema tanto na sua geração, transmissão e distribuição. O Rio Grande do Sul só conseguiu começar a resolver o problema de energia elétrica no governo Brizola, ao criar CEE.

A contribuição de Américo Giannetti à modernização da gestão pública não se limitou ao Plano. Em 1950, deixou a Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho para concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte. Ao ganhar a eleição, o novo Prefeito continuou a modernizar a gestão pública, levando a prática do planejamento para a Prefeitura. Logo depois da posse, escolheu uma equipe técnica para elaborar o “Plano-Programa de Administração para Belo Horizonte”, que foi implementado durante seu mandato, permitindo novamente o acompanhamento de sua execução por parte de sua população.<sup>47</sup> O Plano de governo e o da administração municipal têm tudo a ver com o momento presente que o país vive, face à incompetência governamental, à malversação generalizada dos recursos públicos e à generalização da corrupção institucionalizada no aparelho do Estado. Não teria chegado o momento de se pensar não apenas na volta do planejamento ou na sua adoção generalizada nos vários níveis de governo, mas em um plano de governo de longo prazo a ser encampado pelos partidos majoritários para ser implementado no país por um década, independentemente de qual seja a coligação vencedora? Isto, certamente, seria uma iniciativa adequada para se mudar o padrão de gestão pública no país porque, infelizmente, o planejamento ainda não virou uma cultura no Brasil nem sua adoção tem sido tão generalizada nos diversos níveis de governo.

Agora, o foco da contribuição dos imigrantes volta-se para a criação de uma sociedade industrial. Implantar uma sociedade industrial é uma obra coletiva de longo prazo e que envolve todos os atores econômicos, sociais, políticos e culturais. O processo de industrialização não se limita à fundação de fábricas ou à abertura de empresas. Ele implica uma transformação profunda da sociedade onde predominam atividades agrícolas para outra, qualitativamente distinta, onde preponderam os setores secundário e terciário na

---

<sup>47</sup> Para outras informações sobre Plano implementado no Estado e sobre o Plano-Programa implantado na Prefeitura, consultar: Couto, 1992 e Diniz, 1981.

organização da economia (Incisa, 1986:626). Aplicando-se essa visão teórica e histórica ao caso em exame, percebe-se, perfeitamente, o nascimento dessa nova sociedade industrial pelos dados da Tabela 1, tendo-se, como referência, a economia belo-horizontina. Os dados da população economicamente ativa de 1912 e 1920 registram a mudança ocorrida na estrutura produtiva da Capital, ao passar de uma sociedade dominada pela agricultura na vila do Curral de Rei para uma economia urbana e industrial com predomínio do secundário e do terciário a partir de 1912.<sup>48</sup>

Tabela 1  
População Economicamente Ativa por Setores de Atividade – Belo Horizonte –  
1912 e 1920

SETORES	1912		1920	
	PESSOAL OCUPADO	%	PESSOAL OCUPADO	%
Primário	1.564	12.1	2.543	13.03
Secundário	5.205	40.2	2.543	30.43
Terciário	6.172	47.7	5.942	56.54
<b>TOTAL</b>	<b>12.941</b>	<b>100.0</b>	<b>11.041</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Faria & Grossi, 1982:180/1.

Além da estrutura produtiva, o desenvolvimento urbano e industrial provocou significativas transformações na estrutura social mineira. Até 1888, a economia mineira era essencialmente agrícola e a sociedade, rural. Ao longo do capítulo, foram descritas as mudanças na organização e na estrutura produtiva do campo, a modernização dos transportes, a urbanização e a industrialização. Estas mudanças causaram transformações importantes na sua estrutura de classes sociais. No início da República, a sociedade mineira era polarizada entre senhores e escravos. A população urbana era diminuta. A estrutura colonial manteve-se em Minas Gerais com pouca diversificação durante o período imperial. Além de polarizada, a sociedade permaneceu hierárquica, elitista, autoritária e com baixa mobilidade ascendente.

<sup>48</sup> A diferença de desempenho do setor secundário em 1920 em comparação com o de 1912 deve se atribuída ao uso de metodologias diversas nos dois levantamentos. Os dados de 1912 foram coletados pelo Recenseamento organizado pela prefeitura de Belo Horizonte e os de 1920, pelo Censo Demográfico e Industrial de responsabilidade federal. Além disso, essa redução pode estar associada às dificuldades econômicas vividas pela Capital em função dos efeitos da Primeira Guerra Mundial (Faria & Grossi, 1982:181).

No exame da contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento de Estado pela análise de sua participação nos quatro segmentos produtivos mais importantes para onde foram destinados, pode-se perceber sua participação na diversificação da estrutura de classes que existia no campo e na cidade. A presença dos imigrantes ajudou a acelerar a formação de uma economia capitalista em expansão com a Abolição da escravatura, de três formas principais: a modernização dos transportes e pela formação de duas novas classes sociais no campo. A implantação do modal ferroviário e rodoviário favoreceu a circulação de mercadorias no Estado, completando-se o ciclo da produção capitalista que se encerra com o consumo e que se amplia com a redução da economia de subsistência, segundo Marx (1982). Ela facultou, ainda, a formação de outro segmento operário, os ferroviários, que, ao lado dos portuários, foi o movimento sindical mais organizado e combativo até 1964.

Além disso, a presença dos imigrantes no campo contribuiu para a formação de dois novos segmentos sociais: os trabalhadores rurais assalariados e livres e uma classe média. Os imigrantes tiveram um papel ativo no enfrentamento do poder autoritário dos fazendeiros, dos maus tratos e de outras violências por eles perpetrados contra os trabalhadores e seus familiares. Sua presença e combatividade foram uma forma de enfrentamento dessa mentalidade escravocrata incrustada na elite mineira à época. Sua presença facultou, em segundo lugar, a formação de uma classe média rural, constituída por pequenos e médios proprietários, oriunda de assentamentos coloniais e fruto da mobilidade social conquistada pelos próprios imigrantes. Alguns autores, impressionados com este fenômeno, ousam mencionar que a presença italiana ajudou a promover uma pequena reforma agrária em Minas pela divisão de alguns latifúndios monocultores em pequenas e médias propriedades onde foram organizados os assentamentos agrícolas feitos pelo governo mineiro; ou pela compra de parte da gleba de terra dos grandes latifundiários pelos imigrantes com recursos conquistados pelo seu trabalho.

Os imigrantes contribuíram com a diversificação do mercado de trabalho nas cidades no limite de sua presença numérica e das expertises profissionais de que eram portadores. Quando comparados com os trabalhadores nacionais disponíveis pela sua formação técnica, constata-se que os imigrantes foram, em grande parte, aqueles que melhores condições tiveram de promover a modernização do Estado em Minas durante a Primeira República. Sua formação técnica e sua mentalidade inovadora de “self made man” foram competências e qualidades vitais que os distinguiram na tarefa grandiosa de colocar o desenvolvimento mineiro em outro patamar. Eles contribuíram, sobretudo, para a diversificação da sua estrutura social, participando da criação de mais três classes sociais distintas: a burguesia industrial, a classe média urbana e o operariado industrial.

Com suas empresas comerciais, prestadoras de serviços e seus empreendimentos industriais, os imigrantes italianos contribuíram para a diversificação da economia e da formação de novos segmentos da burguesia industrial. Atuaram, ainda, em prol da organização de sociedades representativas na Capital e no interior, em parceria com empresários nacionais e de outras nacionalidades. Será preciso lembrar sua participação na fundação das duas organizações empresariais mais importantes no período: Associação Comercial de Minas Gerais em 1901 e a FIEMG em 1933.<sup>49</sup> Em 1933, Américo René

---

<sup>49</sup> Quando criada, chamava-se FIMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Sua designação foi alterada para FIEMG, como é conhecida hoje, em 1942.

Giannetti foi um dos participantes ativos da criação da FIEMG em 12 de fevereiro de 1933, sendo eleito seu Presidente em 1942 e reeleito em 1944. No exercício das duas presidências teve papel ativo na fundação do SENAI com Roberto Simonsen e Evaldo Lodi e na disseminação das escolas profissionalizantes pelas várias cidades e regiões de Minas Gerais. Essa foi outra iniciativa importante do Presidente Vargas para atacar a desqualificação técnica dos operários brasileiros, melhorar as condições de trabalho e atender as aspirações de mobilidade social da classe trabalhadora brasileira. Américo Giannetti destacou-se, ainda, na implantação da CLT em Minas no exercício das duas presidências da FIEMG, visando aplinar a grande resistência conservadora no meio empresarial que lhe foi anteposta.

Os imigrantes foram responsáveis, em segundo lugar, pela formação e diversificação de uma classe média urbana, pouco numerosa no início da República, pela incorporação de novos profissionais: arquitetos, engenheiros, artistas, profissionais liberais, professores, membros da pequena burguesia ligada ao comércio, à prestação de serviços e ao setor cultural. Além das associações culturais, deve-se destacar, entre outras, a formação da Sociedade Mineira dos Engenheiros de Belo Horizonte em 1931 e de várias entidades culturais. Por fim, mencionam-se alguns imigrantes italianos que se destacaram nos campos artísticos, como os pintores cenográficos e decoradores: Giacomo Michelli, João Pedro Sovette, Júlio Ballá e Mandaini & Rossi. Outros deram uma contribuição significativa ao desenvolvimento da cultura, da memória fotográfica da Cidade e na divulgação e produção cinematográfica. Entre eles: Igino Bonfioli, Aldo Gorgatti, Estevão Lunardi; e outros no interior: Paolino Michelli Benedetti, Carlo Masotti, Pietro Camello e dois descendentes, Humberto Mauro e Luiz Renato Brescia.<sup>50</sup>

Os imigrantes foram membros proativos, em terceiro lugar, na formação da classe operária em Minas, uma categoria social muito heterogênea do ponto de vista de sua origem social, procedência, competências e constituição por categorias profissionais. Foram os imigrantes, liderados pelos italianos, que criaram em 1900 a primeira Liga Operária, que atuou como entidade sindical na Capital. Eles lideraram a mobilização de várias categorias e conseguiram reunir 700 participantes numa ampla assembléia no Teatro Soucausseaux para fundá-la. Do exame das assinaturas da ata de sua constituição, percebe-se que 80% deles tinham sobrenomes italianos. Sua bandeira de luta concentrava-se em três pontos principais: a conquista de oito horas de trabalho já vigente nos países mais adiantados, melhoria das condições de trabalho e do nível salarial e o fim do pagamento por vales que era de uso corrente no setor público e no privado na Capital e no interior. Em 1907, organizaram a primeira comemoração do Dia do trabalho celebrada em Belo Horizonte. No dia 7 de maio de 1912, os operários conseguiram promover a primeira greve geral, obtendo como resultado a regulamentação das oito horas diárias de trabalho, sem redução salarial.<sup>51</sup> A maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras do país iria gozar desse benefício apenas em 1942 com a promulgação da CLT.

---

<sup>50</sup> Para estas e outras informações sobre trabalhos artísticos e de decoração e a contratação de outras artistas estrangeiros e de italianos no período, consultar: Giannetti, 2015:115 e passim; Leite, 2012: 55-64.

<sup>51</sup> Para outras informações sobre a organização sindical em Belo Horizonte, consultar: Faria & Grossi, 1982: 192-9 e Dutra, 1988.

Por fim, mas não menos importantes, devem ser lembradas mais duas organizações para a constituição da sociedade industrial porque importantes para incrementar a solidariedade orgânica em substituição à solidariedade mecânica predominante nas sociedades tradicionais. Merece destaque a participação dos imigrantes italianos na fundação das associações de mútua ajuda e na formação de movimentos e partidos ideológicos e de associações de cunho cultural. Os imigrantes tiveram uma participação significativa na organização das associações de socorro mútuo para dar assistência social aos desempregados, órfãos, viúvas, idosos e a outros desvalidos sociais. Essas associações eram pouco conhecidas no país e foram implantadas nas cidades onde a presença italiana comportava esse tipo de organização, especialmente nas maiores como Juiz de Fora e Belo Horizonte.<sup>52</sup> Elas foram o prenúncio da previdência social e do Estado bem-estar social que seriam da implantados bem mais tarde. Em segundo lugar, deve-se mencionar a participação dos imigrantes italianos na organização dos movimentos anarquistas e na constituição de partidos ideológicos, socialistas ou comunistas.<sup>53</sup> Essas iniciativas tiveram uma importância muito grande na formação de uma sociedade política brasileira, marcada pela baixa participação, ao torná-la mais aberta, tolerante e democrática. Por fim, deve-se lembrar a participação dos imigrantes italianos na diversificação do campo cultural e no desenvolvimento artístico na pintura, escultura, decoração, música e na divulgação da fotografia e do cinema no interior e na Capital.

Fazendo-se um balanço final do processo de modernização proposto pelo governo do Estado no início da República e tendo feito referência ao “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, percebe-se que o avanço no campo industrial foi muito pequeno face aos desafios que ainda persistiam em 1947. Tem-se uma idéia mais clara do estágio do seu desenvolvimento industrial quando se compara a produção mineira com a nacional. Em 1907, Minas era o segundo estado em número de estabelecimentos industriais com 531, perdendo apenas pelo Distrito Federal com 670. Mas era o quinto em capital e produção por estabelecimento e o sexto em número de operários por fábrica. Em 1920, houve um aumento significativo ao passar para 1.243 empreendimentos. Era o quarto em número de estabelecimentos depois de São Paulo com 4.145, Distrito Feral com 1.541 e do Rio Grande do Sul com 1.773. Seu parque industrial continuava sendo formado por pequenas e médias empresas, classificadas pelo valor do capital, produção e número de operários por unidade fabril. Seu crescimento industrial foi lento. Em 1907, a produção industrial mineira representava apenas 4,4% da produção nacional, passando para 5,6% em 1920 e 6,7% em 1939.<sup>54</sup> Diante destes dados, percebe-se, com toda a propriedade, porque, em 1947, o governo tentava mobilizar novamente a sociedade mineira em prol de um novo projeto de modernização industrial com seu plano de recuperação da economia e do fomento ao seu desenvolvimento.<sup>55</sup>

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>52</sup> Para uma relação mais completa dessas associações, consultar: Biasutti et al, 2003 e Leite, 2012.

<sup>53</sup> Este tema foi muito explorado e há uma imensa literatura. A título de exemplo, mencionam-se dois trabalhos: Foot e Leonardi, 1982 e Pinheiro e Hall, 1979.

<sup>54</sup> Para outros dados, consultar: Lima, 1981:79, 81 e 90 e Wirth, 1982:111.

<sup>55</sup> Para uma descrição sucinta deste Plano, consultar: Couto, 1992.

Ao fazer um balanço final da participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento de Minas, deve-se apresentar algumas forças e limitações desse processo. Entre as forças não há como negar sua participação em quatro modernizações implementadas no período, na agricultura, nos transportes e no crescimento urbano e industrial. No campo, contribuíram para a expansão da agricultura comercial de exportação e de alimentos e para introdução da pequena e média propriedade e de novas técnicas produtivas e de novos cultivares. Nos transportes, destacaram-se, entre outros, na implantação de um moderno sistema ferroviário e rodoviário que conectou os principais municípios produtores de café entre si e com os portos de exportação e, ao mesmo tempo, buscou criar uma rede que facultasse maior integração das várias regiões entre si e com a nova Capital, Belo Horizonte. Em terceiro lugar, registra-se sua contribuição à urbanização do Estado, na Capital e no interior. O avanço do processo de industrialização é o principal fator para se determinar o grau de desenvolvimento de um país ou região. Por isto, o grande destaque à participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento desse processo. Como seu corolário, tem-se a formação de uma sociedade industrial, caracterizada pelo maior predomínio do secundário e do terciário e qualitativamente distinta da sociedade agrária mineira do início da República.

Por fim, menciona-se sua contribuição na modernização da gestão privada e pública. Os imigrantes engajaram-se por interesse próprio e pelo sonho de construir uma vida nova e um novo país, que lhes fosse mais generoso do que aquele donde provinha. Envolveram-se num amplo projeto modernizante proposto pelo governo e pela sociedade mineira em todos os seus aspectos. Na melhoria da gestão privada, são três suas contribuições principais. Pela primeira, destaca-se a viabilização da pequena e média propriedade pela gestão familiar da produção agrícola e pelo ingresso da mulher no setor produtivo, fator vital à revolução feminista na segunda metade do século XX. Pela segunda, enfatiza-se a contribuição dos italianos na gestão e no desenvolvimento do setor de serviços e do ramo manufatureiro urbano. O agente modernizador e condutor desse processo é o profissional especializado que administra os empreendimentos organizados por eles e descritos ao longo do capítulo. Pela terceira, menciona-se a contribuição dos imigrantes italianos na gestão da produção industrial ou de grandes obras de engenharia. Trata-se da gestão de estabelecimentos maiores, caracterizados por uma maior divisão social do trabalho e pela maior racionalização da produção mediante a adoção do planejamento, da organização e do maior controle do processo produtivo e de seus resultados. Neste caso, o agente modernizador é o engenheiro ou o empresário que vem formado da Itália e introduz em terras mineiras os princípios da gestão moderna adotados nos empreendimentos industriais ou no setor dos serviços no seu país de origem. Por fim, deve-se mencionar a contribuição dos italianos na gestão das instituições da sociedade civil como a Associação Comercial de Minas e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e na melhoria da gestão pública pela introdução do planejamento e de planos de gestão no governo mineiro e na prefeitura de Belo Horizonte, como foi mencionado.

Ao reconstruir sua participação, deve-se lembrar que os imigrantes não foram os únicos agentes nem os principais atores do processo modernizante descrito. Foram participantes e parceiros ao lado dos empresários, trabalhadores e do povo mineiro. Sua participação foi limitada do ponto de vista dos agentes: pelo número restrito de imigrantes



aqui aportados quando comparados com São Paulo e Rio Grande do Sul; pela formação profissional do imigrante atraído porque a política de imigração do governo mineiro deu preferência ao recrutamento de agricultores, descartando a vinda de artífices mais especializados. Devem-se levar em conta também as limitações de ordem estrutural de sua economia: seu peso agrícola, as seqüelas sociais deixadas pela escravidão que eram muito vivas, o baixo índice de urbanização e o caráter autoritário e elitista de sua sociedade.

Na avaliação da contribuição dos imigrantes italianos ao desenvolvimento de Minas na perspectiva de um fenômeno de longa duração, não se pode deixar de mencionar o papel modernizante dos seus descendentes em todos os aspectos desse processo. Os “oriundi” foram estimados em 1 milhão e meio no início de século XXI.<sup>56</sup> Além disso, a presença italiana no desenvolvimento de Minas Gerais foi muito ampliada e avivada pela implantação da FIAT e seu conglomerado de empresas a partir da década de 1970.

Por fim, deve-se apontar outro fator limitante deste trabalho ao ter optado conscientemente pelo “capital humano” como recorte analítico para avaliar a participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento de Minas Gerais. Ao fazer esta opção, eles foram analisados apenas como “recursos produtivos” na promoção do nosso desenvolvimento. Na verdade, nem eles nem ninguém podem tratados apenas como “meios de produção” porque os seres humanos constituem a finalidade de todo processo de desenvolvimento. Fica lançado aqui o desafio para se analisar sua participação pela ótica do desenvolvimento como liberdade.<sup>57</sup>

#### Referências

- Anastasia, C.M.J (1990) “ A imigração italiana em Minas Gerais (1896-19150” , in: De Boni, L.A. de (et al.) (1990) A Presença Italiana no Brasil, Porto Alegre; Torino, Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, p. 219-27.
- Azevedo, T. (1990) Italianos na Bahia – familismo e imigração, in: de Boni, op. cit. p. 185-17.
- Barker, T C and Savage, C I (1974), An Economic History of Transport in Britain, London, Hutchinson University Library.
- Biasutti, L C; Loss, A. et Loss, E.H (2003), Roteiro dos Italianos e seus Descendentes em Minas Gerais, Subsídios para uma História da Imigração Italiana, Belo Horizonte, Ed. Particular.
- Campoli, F.(2013) Camponeses de Engenho e Arte, História e Geografia dos Imigrantes Italianos em Minas Gerais, Belo Horizonte, Manuscritos.
- Cappellin, P et al. (Orgs) (2010) Entre Memória e Mercado, Famílias e Empresas de origem Italiana no Brasil, Belo Horizonte, Argumentum.
- Carvalho, J M (2002) A Escola de Minas de Ouro Preto, O peso da glória, 2ª. ed. ver, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- OURO, TERRA E FERRO: vozes de Minas, in: Gomes, A C (2005) Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno, Belo Horizonte, Editora da UFMG.

---

<sup>56</sup> Este cálculo foi feito por com base certamente num grande levantamento que identificou 23.421 sobrenomes de descendentes de italianos em Minas Gerais, Biasutti et al, 2003: 307-500.

<sup>57</sup> Para outras informações sobre essa nova perspectiva teórica, consultar: Sen, 2010.

- Cenni, F. (1975) Italianos no Brasil, 2ª. ed. São Paulo: Martins: EDUSP.
- Ciscotto Filho, A. (2015) A Imigração Italiana em Minas Gerais, a Fazenda do Rochedo (1888-1889, Belo Horizonte: Ramalhete.
- Couto, M O A B D (1992), Ventos do Sul nas Montanhas de Minas (Biografia de Américo Renê Giannetti). Belo Horizonte, SENAI-MG.
- Diniz, C C. (1981) Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, Belo Horizonte, UFMG/PROED.
- Dutra, E R F (1988). Caminhos Operários nas Minas Gerais, Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira Republica. Belo Horizonte: Hucitec e Editora UFMG.
- Esteves, A O, org. (1915). Álbum do Município de Juiz de Fora, Belo Horizonte, Imprensa oficial.
- Faria, M A et Grossi, Y S (1982) “A Classe Operária em Belo Horizonte: 1897-1920” in: V Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte: PROED/UFMG, p.165-99.
- Foot, F e Leonardi, V (1982) História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo: Global Ed.
- Franzina, E. (2006) A Grande Emigração, O êxodo dos Italianos do Vêneto para o Brasil, Trad. Edilene Toledo e Luigi Biondi, Campinas, Editora da UNICAMP.
- Giannetti, R. (2015) Ensaio para uma História da arte de Minas Gerais no Século XIX, Belo Horizonte: Autêntica.
- Giroletti, D.A. (1987) A Modernização Capitalista em Minas Gerais – A Formação do Operariado Industrial e de uma Nova Cosmovisão, Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 510p.
- (1988) Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930, Juiz de Fora, EDUFJF, 136p.
  - (1981) A Companhia e a Rodovia União e Indústria e o desenvolvimento de Juiz de Fora, Belo Horizonte: DCP/UFMG (mimeo).
  - (1994) “Entrepreneurship in a Later Industrializing Economy: the case of Bernardo Mascarenhas and the Textile Industry in Minas Gerais, Brasil”, In: Late Economic Development in a Regional Context, Londres, LSE, Working Papers in Economic History, p.1-18.
  - (1995) “The Growth of the Brazilian Textile Industry and the Transfer of Technology”, Leeds, Textile History, v.26, n.2, p.215-31.
  - (1999) “A Modern Transport Network and the Industrial Development of Brazilian Southeast, 1850 to 1890”, in: Anais da 2ª. Conferência Anglo-Brasileira de Negócios, p.39-88.
  - (2002) Fábrica: Convento e Disciplina, 2ª Ed., Brasília, EdUnB, 368p.
- Góes Monteiro, N (1974) Imigração e colonização em Minas Gerais: 1889-1930, Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- Gomes, A C (2005) Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno, Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- Gourvish, T R (1989) Railways and the British Economy 1830-1914, London, Macmillan.
- Hollanda, S.B. (2002) A Contribuição Italiana para a Formação do Brasil, Florianópolis, NUT/NEIITA/UFSC.
- Incisa, L. (1986) Industrialização, in: Bobbio, N; Matteucci, N. et Pasquino, G. Dicionário

- de Política, Trad. João Ferreira, Carmem C. Variale e outros. Brasília, EdUnB, 2ª. Edição.
- Jacob, R. (1911) Minas Geraes no XXo. Século, Rio de Janeiro, Gomes Irmão e Cia.
- Jardim, C.G. (1896) “A região Diamantina (MG), suas riquezas naturais e seus recursos”, Revista industrial de Minas Geraes, Ouro Preto, Imp. Oficial, ano III, 16 e 17.
- Libby, D C (1984) Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil, O caso de Morro Velho, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia.
- (1988) Transformação e Trabalho, Em uma economia escravista Minas Gerais no Século XIX, São Paulo, Brasiliense.
- Lima, J.H. (1981) Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920, Petrópolis: Vozes.
- Martins Filho, A.V. (1986) The White Collar Republic: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, Brazil: 1889/1930 (Tese de doutoramento).
- Marx, K (1982). O Capital: Crítica da Economia Política. 7ª. ed, São Paulo: DIFEL.
- Mascarenhas, G M (1972). Centenário da Fábrica do Cedro – Histórico, 1872/1972, Belo Horizonte: Comp. De Fiação de Tecidos Cedro e Cachoeira.
- Mascarenhas, N L.(1954) Bernardo Mascarenhas, O surto industrial de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Aurora Ltda.
- Mourão, A. (204) Mamma Mia! Os Imigrantes Italianos e a Poeira de Minas, Divinópolis, Edição particular, 2004.
- Paz, O. (1986) Tempo Nublado, Trad. Sônia Régis, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- Pereira, L M L, Faria, MA et Brandão, L (2012), Minas/Itália: um Encontro Cultural, Belo Horizonte, Associação Universo Cultural.
- Petrone, MTS. (1977) Imigração, in: Fausto, B., História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, 2º vol., Rio de Janeiro – São Paulo, DIFEL, P.93-133.
- Pinheiro, P S e Hall, M (1979). A Classe Operária no Brasil (1889-1930). São Paulo: Alfa-ômega.
- O Congresso Agrícola Comercial e Industrial de 1903. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 11 (5/6): 121-220, mai/jun., 1981.
- Oliveira, M R (1996). Imigração e Industrialização: os em Juiz de Fora – Minas gerais (1888-1920), in: De Boni, L.A. de (et al.) (1996) A Presença Italiana no Brasil, V.III, Porto Alegre; Torino, Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, p. 168-179.
- Otoni, C. B. (1983) Autobiografia, Brasília: EdUnB.
- Resende, M E L. (1982) Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o Novo PRM, 1889-1906, Belo Horizonte, UFMG/PROED.
- Rizzioli, V. (2013) Prefácio, in: Campoli, F. Camponeses de Engenho e Arte, História e Geografia dos Imigrantes Italianos em Minas Gerais, Belo Horizonte: Manuscritos.
- Romanato, G. (2010) L’Italia della Vergogna nelle Cronache di Adolfo Rossi (1857-1921), Ravenna, Longo Editore.
- Singer, P. ( 1974) Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Editora Nacional.
- Sen, A. (2010) Desenvolvimento como Liberdade, trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras.
- Soares, S F (1865) Esboço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de

- Janeiro em 10 de setembro de 1864, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert.
- (1977) Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios do Império do Brasil, Rio de Janeiro, IPEA/Inpes.
- Taunay, A. E. (1945) Pequena História do Café no Brasil (1729/1937), Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café.
- Telles, P C S (1987) A History of Brazilian Railways, Kent.
- Thiré, A. (1894) “L’Etat de Minas Geraes et sa Situation Économique Actuelle”, Revista Industrial de Minas Gerais, no. 9, Ouro Preto, 15/6/1894, Anno 1 10, jun.
- Trento, A. (1989) Do Outro Lado do Atlântico, Um século de Imigração Italiana no Brasil, trad. Mariarosaria Fabris e Luiz Eduardo de Lima Brandão, São Paulo: Nobel: Instituto Italiano de Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.
- Vaz, A M. (2005) Bernardo Mascarenhas: Desarrumando o Arrumado, Um homem de negócios do Século XIX, Belo Horizonte: Companhia de Fiação e Tecelagem Cedro e Cachoeira.
- Wirth, J. D. (1982) O Fiel da Balança, Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937, Rio de Janeiro, Paz e Terra.